

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)



Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante		1.221.435	1.475.760	4.084.394	5.441.876
Caixa e equivalentes de caixa	5	189.784	39.474	674.609	1.025.204
Investimentos de curto prazo	6	555.099	983.103	1.405.506	2.864.348
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	767	4.470
Contas a receber de clientes	8	32.179	51.648	415.353	346.258
Dividendos a receber	29	390.119	286.469	75	75
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	28	26.032	38.085	81.684	97.249
Outros tributos compensáveis		5.191	105	59.476	37.714
Estoques		-	-	7.856	10.445
Despesas pagas antecipadamente		63	77	5.828	5.639
Cauções e depósitos judiciais	21	-	-	384	384
Ativo contratual da concessão	9	-	-	1.290.362	951.888
Outros ativos		22.968	76.799	142.494	98.202
Não circulante		5.631.368	4.784.279	18.492.116	13.927.856
<u>Realizável a longo prazo</u>		<u>104.459</u>	<u>162.308</u>	<u>13.486.495</u>	<u>9.172.874</u>
Contas a receber de clientes	8	-	-	20.903	12.528
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	102.852	100.493
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	28	-	-	3.187	3.187
Outros tributos compensáveis		-	-	3.640	2.774
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	6.688	7.008
Despesas pagas antecipadamente		-	-	9.203	12.220
Cauções e depósitos judiciais	21	778	678	15.333	14.965
Ativo contratual da concessão	9	-	-	13.310.348	9.007.266
Adiantamento para futuro aumento de capital	29	103.600	161.630	-	-
Outros ativos		81	-	14.341	12.433
Investimentos em controladas	10	5.334.961	4.403.112	-	-
Investimento em controlada em conjunto	10	127.734	136.958	127.734	136.958
Propriedades para investimento		7.731	7.826	7.731	7.826
Imobilizado	12	2.189	2.381	4.672.156	4.426.026
Intangível	13	54.294	71.694	198.000	184.172
Total do Ativo		6.852.803	6.260.039	22.576.510	19.369.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)



Em milhares de reais,

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo					
Circulante					
		449.186	447.314	2.290.153	2.085.695
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	363.798	388.062
Debêntures	20	169.588	161.714	459.821	479.525
Fornecedores	14	26.742	77.866	385.127	401.370
Salários, férias e encargos sociais		6.007	4.929	57.783	39.978
Imposto de renda e contribuição social a pagar	28	-	-	63.642	60.633
Encargos regulatórios	17	-	-	58.781	60.073
Outros tributos a pagar		156	111	49.274	47.038
Passivo de arrendamento		514	473	7.392	6.071
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	18	-	-	100.012	63.105
Dividendos a pagar	29	246.153	202.197	509.475	384.599
Adiantamentos de clientes		-	-	1.456	5.794
Provisão para compensações ambientais	15	-	-	13.720	19.938
Provisões para constituição dos ativos	16	-	-	180.958	73.594
Provisões para contingências	21	-	-	2.712	323
Outras obrigações		26	24	36.202	55.592
Não circulante					
		653.499	810.536	11.341.675	9.743.972
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	2.155.652	1.635.795
Debêntures	20	647.253	802.916	5.996.185	6.010.773
Passivo de arrendamento		1.132	1.687	28.300	27.892
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	292	381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	1.925.824	1.229.499
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	18	-	-	1.155.830	776.022
Provisão para compensações ambientais	15	-	-	19.213	734
Provisões para constituição dos ativos	16	-	-	9.227	6.677
Provisões para contingências	21	5.114	5.933	15.750	14.844
Outras obrigações		-	-	35.402	41.355
Total do Passivo		1.102.685	1.257.850	13.631.828	11.829.667
Patrimônio líquido					
	22	5.750.118	5.002.189	8.944.682	7.540.065
Capital social subscrito e integralizado		2.981.996	2.981.996	2.981.996	2.981.996
(-) Gastos com emissão de ações		(65.225)	(65.225)	(65.225)	(65.225)
Reserva de capital		20.515	15.450	20.515	15.450
Reservas de lucros		2.727.379	2.031.442	2.727.379	2.031.442
Outros resultados abrangentes		85.453	38.526	85.453	38.526
Participação dos acionistas não controladores	11	-	-	3.194.564	2.537.876
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.852.803	6.260.039	22.576.510	19.369.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

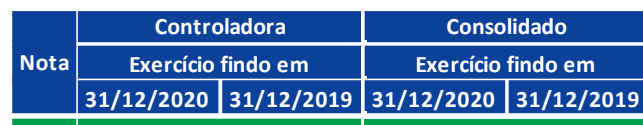
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)



Nota	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	119.853	241.026	6.745.065	5.024.724
Receita de operação e manutenção	-	-	591.201	461.143
Receita de infraestrutura	-	-	3.241.714	3.393.000
Remuneração financeira do ativo de concessão	-	-	2.266.275	432.406
Suprimento de energia	25 119.853	241.026	645.875	738.175
Deduções da receita operacional bruta	(10.811)	(18.724)	(604.320)	(432.625)
Receita operacional líquida	24 109.042	222.302	6.140.745	4.592.099
Energia comprada para revenda	25 (153.154)	(240.247)	(141.772)	(231.739)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	-	(32.795)	(30.397)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	-	(8.441)	(10.636)
Custo dos serviços prestados	26 (1.265)	(1.177)	(312.274)	(277.161)
Custo de infraestrutura	26 -	-	(2.204.273)	(1.575.398)
Custo do serviço	(154.419)	(241.424)	(2.699.555)	(2.125.331)
Lucro (prejuízo) bruto	(45.377)	(19.122)	3.441.190	2.466.768
Despesas e receitas operacionais				
Administrativas e gerais	26 (38.272)	(39.260)	(120.894)	(130.615)
Outras receitas	119	39.827	7.817	51.237
Outras despesas	-	-	(335)	(11)
Resultado de equivalência patrimonial	10 1.055.917	946.721	(9.224)	57.394
	1.017.764	947.288	(122.636)	(21.995)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	972.387	928.166	3.318.554	2.444.773
Despesas financeiras	(54.217)	(82.143)	(513.053)	(349.635)
Receitas financeiras	23.918	44.261	51.314	87.129
Resultado financeiro	27 (30.299)	(37.882)	(461.739)	(262.506)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	942.088	890.284	2.856.815	2.182.267
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(104.121)	(92.207)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(697.189)	(448.663)
Tributos sobre o lucro	28 -	-	(801.310)	(540.870)
Lucro líquido do exercício	942.088	890.284	2.055.505	1.641.397
Atribuído aos acionistas controladores			942.088	890.284
Atribuído aos acionistas não controladores	11		1.113.417	751.113
Lucro básico e diluído por ação ON	23		1,07164	1,01271
Lucro básico e diluído por ação PN	23		1,07164	1,01271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
Descrição				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019	2.981.996	(65.225)	43.695	138.172	-	1.205.182	-	24.228	4.328.048	1.933.661	6.261.709
<u>Resultado abrangente</u>											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	890.284	-	890.284	751.113	1.641.397
Ajustes de conversão cumulativa do período	-	-	-	-	-	-	-	14.298	14.298	-	14.298
<u>Transação de capital com os sócios</u>											
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110.486	110.486
Ganho (perda) em transação de capital	-	-	(28.245)	-	-	-	-	-	(28.245)	26.456	(1.789)
Dividendos declarados (nota 22)	-	-	-	-	-	-	(202.196)	-	(202.196)	(443.697)	(645.893)
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159.857	159.857
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>											
Destinação da Reserva legal (nota 22)	-	-	-	44.514	-	-	(44.514)	-	-	-	-
Destinação da Reserva de lucros a realizar (nota 22)	-	-	-	-	220.689	-	(220.689)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 22)	-	-	-	-	-	422.885	(422.885)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.981.996	(65.225)	15.450	182.686	220.689	1.628.067	-	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)



Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	2.981.996	(65.225)	15.450	182.686	220.689	1.628.067	-	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065
<u>Resultado abrangente</u>											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	942.088	-	942.088	1.113.417	2.055.505
Ajustes de conversão cumulativa do exercício	-	-	-	-	-	-	-	46.927	46.927	(298)	46.629
<u>Transação de capital com os sócios</u>											
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.381	101.381
Ganho em transação entre sócios	-	-	4.031	-	-	-	-	-	4.031	(4.031)	-
Dividendos declarados (nota 22)	-	-	-	-	(220.689)	-	(25.462)	-	(246.151)	(534.380)	(780.531)
Redução de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(450)	(450)
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.186)	(16.186)
Outras movimentações dos acionistas não controladores	-	-	1.034	-	-	-	-	-	1.034	(2.765)	(1.731)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>											
Destinação da Reserva legal (nota 22)	-	-	-	47.104	-	-	(47.104)	-	-	-	-
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 22)	-	-	-	-	422.029	-	(422.029)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 22)	-	-	-	-	-	447.493	(447.493)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.981.996	(65.225)	20.515	229.790	422.029	2.075.560	-	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	942.088	890.284	2.856.815	2.182.267
Ajustes no lucro para:				
Depreciação e amortização	2.948	1.785	135.185	112.974
Resultado de equivalência patrimonial	(1.055.917)	(946.721)	9.224	(57.394)
Encargos de dívidas e juros de arrendamento	52.831	75.669	692.096	560.382
Variações monetárias e cambiais líquidas	(828)	52	120.080	6.204
Receitas financeiras	(19.880)	(43.154)	(50.950)	(51.909)
Baixas de ativos	5.981	-	9.322	(324)
Outros	(7)	-	1.394	(24.100)
PIS, COFINS e Encargos regulatórios diferidos	-	-	422.635	271.383
	(72.784)	(22.085)	4.195.801	2.999.483
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber de clientes	8.738	(2.676)	(77.470)	(7.591)
Ativo contratual da concessão	-	-	(4.641.556)	(3.044.281)
Tributos a compensar	7.829	1.589	(7.063)	(38.337)
Estoques	-	-	2.589	6.186
Outros ativos	8.528	(2.618)	(43.731)	(42.049)
	25.095	(3.705)	(4.767.231)	(3.126.072)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(28.395)	3.707	(59.543)	93.007
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	(1.292)	4.698
Salários, férias e encargos sociais	1.078	316	17.805	12.063
Tributos a recolher	45	(3.324)	5.245	26.391
Provisões de constituição dos ativos e compensações ambientais	-	-	122.175	(18.360)
Adiantamentos de clientes	-	-	(4.338)	2.888
Outros passivos	(70)	940	(26.528)	(22.290)
	(27.342)	1.639	53.524	98.397
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(75.031)	(24.151)	(517.906)	(28.192)
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-	-	(86.900)	(80.020)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(75.031)	(24.151)	(604.806)	(108.212)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital nas investidas	(111.904)	(35.531)	-	-
Pagamento pela aquisição de investimentos	(16.186)	(120.433)	(30.640)	(258.400)
Recebimento pela alienação de investimentos	-	85.216	-	85.216
Caixa adquirido na combinação de negócios	-	-	-	445.992
Empréstimo com partes relacionadas	22.844	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital pagos	(162.293)	-	-	-
Resgate de aplicações financeiras	480.165	772.247	4.001.451	512.455
Investimentos em aplicações financeiras	(32.281)	(1.204.310)	(2.493.071)	(2.798.297)
Dividendos recebidos	449.805	327.729	-	-
Aquisições de imobilizado	(341)	(211)	(156.766)	(130.305)
Aquisições de intangível	(1.299)	-	(30.638)	(16.008)
	628.510	(175.293)	1.290.336	(2.159.347)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	628.510	(175.293)	1.290.336	(2.159.347)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital de acionistas não controladores	-	-	100.781	103.625
Redução de capital de acionistas não controladores	-	-	(450)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital recebidos	-	(69.338)	-	6.861
Dividendos pagos	(202.195)	(131.867)	(655.655)	(440.068)
Arrendamentos pagos	(602)	(726)	(6.934)	(7.383)
Ingresso de dívidas	-	646.576	773.803	2.096.492
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(41.767)	(51.902)	(419.222)	(412.167)
Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	(158.605)	(385.703)	(841.431)	(1.029.905)
	(403.169)	7.040	(1.049.108)	317.455
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(403.169)	7.040	(1.049.108)	317.455
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	-	-	12.983	(115)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	150.310	(192.404)	(350.595)	(1.950.219)
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	39.474	231.878	1.025.204	2.975.423
Saldo no final do exercício	189.784	39.474	674.609	1.025.204
(Redução) aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	150.310	(192.404)	(350.595)	(1.950.219)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas				
Receita de operação e manutenção	-	-	591.201	461.143
Receita de infraestrutura	-	-	3.241.714	3.393.000
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	-	2.266.275	432.406
Suprimento de energia	119.853	241.026	645.875	738.175
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	98.564	-
Outras receitas	119	39.827	7.917	51.237
	119.972	280.853	6.851.546	5.075.961
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(153.154)	(240.247)	(141.772)	(231.739)
Encargos do uso da rede elétrica (CUST)	-	-	(32.795)	(30.397)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(8.441)	(10.636)
Custo de infraestrutura	-	-	(1.900.851)	(1.575.398)
Serviços de terceiros	(12.634)	(9.671)	(92.986)	(104.563)
Materiais	(122)	(166)	(43.873)	(41.713)
Outros custos operacionais	(420)	(4.183)	(27.258)	(28.038)
	(166.330)	(254.267)	(2.247.976)	(2.022.484)
(-) Depreciação e amortização	(2.948)	(1.785)	(135.872)	(112.974)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	1.055.917	946.721	(9.224)	57.394
Receitas financeiras	25.084	46.417	87.341	90.016
	1.081.001	993.138	78.117	147.410
Valor adicionado a distribuir	1.031.695	1.017.939	4.545.815	3.087.913
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	16.537	16.086	137.979	77.152
Benefícios	2.136	2.438	25.435	16.407
F.G.T.S	1.063	1.047	7.740	5.037
	19.736	19.571	171.154	98.596
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	15.254	24.620	1.431.338	993.413
Estaduais	-	-	43.843	309
Municipais	112	212	945	669
	15.366	24.832	1.476.126	994.391
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	52.789	75.858	772.599	319.660
Aluguéis	287	1.110	6.163	3.894
Outras despesas financeiras	1.429	6.284	64.268	29.975
	54.505	83.252	843.030	353.529
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	25.462	202.196	25.462	202.196
Lucros retidos	916.626	688.088	916.626	688.088
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.113.417	751.113
	942.088	890.284	2.055.505	1.641.397
	1.031.695	1.017.939	4.545.815	3.087.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidada

1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”) e participa em entidades que detêm concessões e/ou autorizações de serviço de transmissão e geração de energia elétrica, além de entidades holdings e entidades que atuam em outras atividades, conforme detalhado a seguir:

• Transmissão de energia elétrica:

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
Controladas:									
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ('ETEP')	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01 12/06/31	25/08/02	323	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ('ENTE')	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02 11/12/32	12/02/05	464	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ('ERTE')	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02 11/12/32	15/09/04	179	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ('EATE')	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01 12/06/31	10/03/03	924	500	IGP-M	Sim	Não (*)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ('ECTE')	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00 01/11/30	26/03/02	253	525	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ('STN')	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04 18/02/34	01/01/06	541	500	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão ('Transleste')	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04 18/02/34	18/12/05	150	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão ('Transudeste')	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05 04/03/35	23/02/07	140	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão ('Transirapé')	Irapé (MG) - Araçuaí (MG)	012/2005	15/03/05 15/03/35	23/05/07	65	230	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ('STC')	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06 27/04/36	08/11/07	195	230	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica ('Lumitrans')	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04 18/02/34	03/10/07	51	525	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ('ETES')	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07 20/04/37	12/12/08	107	230	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ('EBTE')	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08 16/10/38	30/06/11	775	230	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ('ESDE')	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09 19/11/39	06/02/13	Subestação	138/345	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ('ETEM')	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10 12/07/40	16/12/11	235	230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. ('ETVG')	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10 12/12/40	23/12/12	Subestação	138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A. ('ETSE')	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12 10/05/42	19/01/15	Subestação	230/525 138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. ('ELTE')	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14 05/09/44	Pré Operacional	SE+40 Km	230/345	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. ('ETAP')	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16 02/09/46	06/04/19	10	500/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Capixaba S.A. ('ETC')	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	020/2016	02/09/16 02/09/46	23/09/19	Subestação	345/138	IPCA	Não	Sim
Transmissora Caminho do Café S.A. ('TCC')	Minas Gerais (MG) - Espírito Santo (ES)	006/2017	10/02/17 10/02/47	Pré Operacional	288	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Paraíso De Energia S.A. ('TPE')	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	002/2017	10/02/17 10/02/47	25/10/20	541	500	IPCA	Não	Sim
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ('ESTE')	Mesquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17 10/02/47	Pré Operacional	236	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ('TSM')	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17 11/08/47	Pré Operacional	330	500	IPCA	Não	Sim

• Transmissão de energia elétrica (continuação):

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
Controladas:									
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (**) ('TCE')	Virgínia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	28/11/16 Indefinido	Pré Operacional	200	500	IPP	Não	Sim
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ('EDTE')	Ibicoara (BA)- Ibicoara (BA)	015/2016	01/12/16 01/12/46	20/01/20	170	500	IPCA	Não	Sim
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. ('AETE')	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04 18/03/34	24/08/05	188	230	IGP-M	Sim	Não
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. ('TME')	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09 19/11/39	22/11/11	348	500/230	IPCA	Não	Sim
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ('ETB')	Bom Jesus da Lapa (BA)	011/2016	29/09/16 29/09/46	24/07/20	446	500	IPCA	Não	Sim
Controlada em conjunto:									
Transnorte Energia S.A. (***) ('TNE')	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12 25/01/42	Pré Operacional	715	500	IPCA	Não	Sim
Total em operação					6.105				
Total em construção					1.769				

(*) A EATE possui revisão tarifária periódica para RBNI. (**) A concessão da TCE está localizada na Colômbia, desta forma, as regras regulatórias divergem das regras aplicáveis no Brasil. (***) A TNE entrou parcialmente em operação comercial, vide nota explicativa nº 1.2, item e).

• Geração de energia elétrica:

Empresas ('abreviação')	Localização	Contrato de concessão / Autorização nº	Prazo da Outorga		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada MW
			Início	Fim			
Controladas:							
Foz do Rio Claro Energia S.A. ('Foz')	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	15/08/41	05/08/10	68,4	41,0
Ijuí Energia S.A. ('Ijuí')	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	15/08/41	29/03/11	51,0	30,4
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ('Lavrinhas')	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 e 716/2006	07/04/04	07/04/34	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ('Queluz')	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 e 715/2006	07/04/04	07/04/34	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A. ('Ferreira Gomes')	Rio Araguaí - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	09/11/45	04/11/14	252,0	153,1
Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A. ('GET')	Rio de Janeiro (RJ)	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*) ('Risaralda')	Rio Risaralda (PCH Morro Azul) - Colômbia	-	06/09/11	Indefinido	10/09/16	19,9	13,2
Verde 8 Energia S.A. ('Verde 8')	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	3.702/12; 4.684/14 e 5.953/16	24/10/12	15/06/44	31/03/19	30,0	18,7
Água Limpa S.A. ('Água Limpa')	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/14	18/07/14	18/07/49	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C.(*) ('La Virgen')	Rio Tarma - Perú	060/2005-EM - 029/2008-EM	12/10/05	Indefinido	Pré Operacional	84,0	49,3
Eólica do Agreste Potiguar I S.A. ('EAP I')	Jandaira (RN)	RA nº 8.521	21/01/20	21/01/55	Pré Operacional	25,2	-
Eólica do Agreste Potiguar II S.A. ('EAP II')	Jandaira (RN)	RA nº 8.520	21/01/20	21/01/55	Pré Operacional	37,8	-
Eólica do Agreste Potiguar III S.A. (**) ('EAP III')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	29,4	-
Eólica do Agreste Potiguar IV S.A. (**) ('EAP IV')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	37,8	-
Eólica do Agreste Potiguar V S.A. (**) ('EAP V')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	25,2	-
Eólica do Agreste Potiguar VI S.A. (**) ('EAP VI')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	21,0	-
Eólica do Agreste Potiguar VII S.A. (**) ('EAP VII')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	37,8	-
Total em operação						580,0	350,1
Total em construção						321,2	61,2

(*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras aplicáveis no Brasil. (**) Companhias constituídas em 16 de setembro de 2020 para implantação do projeto Jandaira (RN) e que estão aguardando a anuência da ANEEL para sucederem a Alupar nas respectivas autorizações.

• Holdings e outros segmentos:

Empresa ('abreviação')	Atividade
Controladas:	
Alupar Chile Inversiones SpA ("Alupar Chile")	Holding
Alupar Colombia S.A.S ("Alupar Colombia")	Holding - controladora da Risaralda e TCE
Alupar Inversiones Peru S.A.C. ("Alupar Peru")	Holding - controladora da La Virgen
Apaete Participações em Transmissão S.A. ("Apaete")	Holding - controladora da AETE
Transminas Holding S.A. ("Transminas")	Holding - participação societária na Transleste, Transudeste e Transirapé
Transmissoras Reunidas S.A. ("Transmissoras Reunidas")	Holding
Windepar Holding S.A. ("Windepar")	Holding - controladora da EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X
AF Energia S.A. ("AF")	Prestadora de serviços de operação e manutenção
ACE Comercializadora Ltda. ("ACE")	Comercializadora de energia elétrica

1.1. Impactos do COVID-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Alupar adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação, e uma Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de caráter preventivo, tais como: suspensão de viagens internacionais e nacionais; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office às unidades operacionais e canteiros de obras, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras em todas as unidades; plano de contingência nos Centros de Operações, Subestações e Canteiros de Obras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios, centros de operações, subestações e canteiros de obras; suspensão de visitas de colaboradores ou pessoas externas às unidades de negócio da Companhia; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios das controladas da Alupar apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que criou a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta recebeu recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de déficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, ficou garantida a manutenção do fluxo de recursos para geradoras e transmissoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

De forma a garantir o capital de giro, algumas controladas da Alupar, com base nas Portarias nº 139 e nº 245, emitidas pelo Ministério da Economia, em 3 de abril de 2020 e 15 de junho de 2020, respectivamente, prorrogaram o recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS relativas às competências de março a maio de 2020, as mesmas foram pagas nos mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho a outubro de 2020.

Adicionalmente, no início de junho de 2020, as controladas da Alupar: Foz do Rio Claro; Ijuí Energia; Ferreira Gomes; EDVs I, II, III, IV e V assinaram aditivos aos seus respectivos contratos de financiamento junto ao BNDES, que suspendeu os pagamentos dos valores de principal e juros de seus financiamentos de 15 de junho de 2020 a 15 de outubro de 2020. Esses aditivos visaram o aumento do capital de giro dessas controladas e foram concedidos pelo BNDES para redução dos impactos financeiros da pandemia de COVID-19 no país.

Atualmente, com exceção da construção da usina da controlada indireta La Virgen, localizada no Peru, e da finalização das obras de construção da linha de Transmissão da controlada ETB, que entrou totalmente em operação em 23 de outubro

de 2020, não há previsão de atraso nas construções em andamento que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do Imposto de renda diferido consolidado e para a análise de impairment de suas controladas. Em relação a usina de La Virgen, por ser um investimento de longo prazo e possuir prazo de concessão indefinido, a administração da Companhia não identificou impactos na realização de seu ativo imobilizado em decorrência do atraso em sua construção. No caso da ETB, a administração da Companhia pleiteou junto ao órgão regulador, e que até o momento não recebemos nenhuma resposta, a desconsideração de qualquer penalidade em função do atraso gerado pela COVID-19. Adicionalmente, todos os projetos em implantação no Brasil já fizeram suas respectivas captações de longo prazo, não sendo necessárias novas captações no curto prazo.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação.

1.2. Assuntos relevantes

a) **Ofício CVM 04/2020 – Transmissoras**

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto a aspectos relevantes das práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 (IFRS 15) do CPC48 (IFRS 9) a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica. Dentre os assuntos abordados no Ofício, os temas que trouxeram impacto para a Companhia e suas controladas foram: (i) Taxa de Remuneração dos Contratos - determinação de margem de construção e margem de operação e manutenção, a remuneração dos contratos é efetuada pela taxa implícita remanescente; (ii) Tratamento da Parcela Variável (PV) – Contraprestação Variável – a PV deve ser estimada na mensuração inicial do contrato e revisada a cada ano; (iii) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas, com base nas orientações do Ofício, (IFRS 15) do CPC48 (IFRS 9) adequaram suas práticas contábeis, revisitaram as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior, e não identificaram nenhum ajuste relevante no resultado do exercício, relativo a exercícios anteriores, advindo dos aspectos mencionados, dado que desde a adoção inicial do CPC 47 (IFRS 15) e do CPC48 (IFRS 9), uma vez que todas as controladas já adotavam margens tanto na receita de construção quanto na receita de operação e manutenção.

b) **Repactuação do GSF (*Generation Scaling Factor*) – Geradoras**

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras com contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo dessa Lei é compensar essas geradoras por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. A compensação às geradoras ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, limitada ao prazo de sete anos, e estará condicionada a desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis, não havendo previsão de pagamento de prêmio de risco.

As controladas da Companhia que terão direito a essa repactuação são: Queluz, Lavrinhas, Ferreira Gomes, Verde 8, Foz do Rio Claro e Ijuí. Somente as controladas Queluz e Lavrinhas possuem saldos de GSF a pagar, em decorrência de liminar obtida junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a qual suspendeu o pagamento do GSF do período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018, vide nota explicativa nº 14. As controladas Ferreira Gomes, Foz do Rio Claro e Ijuí desistiram das ações judiciais quando realizaram a repactuação do GSF do Ambiente de Contratação Regulado (ACR), ocorrida no exercício de 2015, desta forma, as mesmas não possuem saldo a pagar. A controlada Verde 8 também não possui saldos em aberto de GSF, do período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018, pois entrou em operação comercial em março de 2019. Em 1º de dezembro de 2020, a ANEEL efetuou a regulamentação da Lei nº 14.052 através da Resolução Normativa nº 895, estabelecendo a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas às geradoras participantes do MRE,

considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição. Com base em todos os parâmetros definidos nessa Resolução, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE efetuou os cálculos e disponibilizou a ANEEL e ao mercado, no dia 2 de março de 2021, a compensação aplicável aos agentes titulares das geradoras participantes do MRE, com outorga vigente na data de publicação da Lei.

A extensão dos prazos de outorga e os valores por cada uma das controladas da Companhia estão apresentados abaixo:

Usinas	Extensão do Prazo de Outorga (mês)	Valor
São José (Ijuí)	-	23
Foz do Rio Claro	1	364
Queluz	49	16.616
Lavrinhas	49	16.758
Ferreira Gomes	17	15.131
Verde 8	5	745

A ANEEL efetuará a validação dos cálculos e dos valores apresentados pela CCEE e divulgará essas informações até o dia 2 de abril de 2021, onde terá início a adesão da repactuação pelos agentes de geração.

As controladas da Companhia não efetuaram o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e aguardarão a divulgação dos valores finais pela ANEEL para obter a aprovação de seus respectivos Órgãos de governança e realizar a desistência de suas ações judiciais, condições precedentes para recebimento da compensação que define a Lei nº 14.052.

c) APAETE Participações em Transmissão S.A - APAETE

Em 20 de agosto de 2020, a Alupar e a CSHG Perfin Apollo 16 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Apollo 16”), acionistas da APAETE, assinaram o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, onde a Alupar adquiria 17.033.814 ações preferencias nominativas sem valor nominal, subscritas e integralizadas da APAETE e a Apollo 16 transferiria à Alupar, sem custo adicional, 446.529 ações preferenciais nominais sem valor nominal subscritas da APAETE e que ainda não tinham sido integralizadas, totalizando 23% das ações preferências da APAETE. Os efeitos desta compra, venda e transferência de ações estavam condicionados a uma condição precedente e só passaram a ter validade a partir de 1º de setembro de 2020, com o pagamento da aquisição no montante de R\$16.186. Essa operação entre acionistas gerou um ganho de capital no montante de R\$4.031 que foi contabilizado no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de Capital”, e alterou a participação societária total da Alupar na APAETE de 25,50% para 36,96%, considerando a quantidade de ações ordinárias e preferências, que por sua vez alterou também a participação societária indireta da Alupar na AETE, controlada direta da APAETE, de 22,12% para 32,06%.

d) Empresa Transmissora Capixaba – ETC

Desde o início de sua entrada em operação, ocorrida em 23 de setembro de 2019, com a obtenção do Termo de Liberação Provisório – TLP, a controlada ETC vinha recebendo 90% da RAP definida no contrato de concessão, como resultado da existência de pendência não impeditiva própria relacionada a não implantação do cabo OPGW (Optical Ground Wire) na Linha de Transmissão Rio Novo do Sul – Vitória, a qual estava em avaliação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conforme a regulamentação setorial, após 12 meses da emissão do TLP, em 23 de setembro de 2020, teve-se nova redução de receita e a ETC então passou a receber 80% da RAP definida no contrato de concessão, enquanto finalizava as obras de implantação do cabo OPGW. Em 26 de janeiro de 2021, por meio do Despacho nº 170, a ANEEL atestou a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão da ETC e emitiu o Termo de Liberação Definitivo – TLD, reestabelecendo assim, 100% da RAP a partir de janeiro de 2021.

- **Projetos novos e em construção:**

- e) TNE – Transnorte Energia S.A.**

A TNE é uma SPE formada pela parceria entre Alupar (51%)/Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715 km de linha de 500 kV, com 02 novas subestações, a SE Equador – 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV – 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

Devido aos problemas no licenciamento ambiental, a coligada protocolou na ANEEL, em 02 de setembro de 2015, o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 – ANEEL, devido a não manifestação da FUNAI no que tange ao componente indígena.

Em 19 de dezembro de 2016, foi publicado o Despacho Aneel nº 3.265, refletindo a decisão de sua diretoria, tomada na reunião realizada em 13 de dezembro de 2016, que trata da rescisão amigável ao contrato de concessão da TNE, com recomendação para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do presente Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para: (a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada; (b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso a Eletronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público; e (c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em laudo contábil a ser fiscalizado pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço.

Em 13 de setembro de 2017, a TNE protocolou, perante a Justiça Federal o pedido de declaração da rescisão do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL, Processo nº 1012027-22.2017.4.01.3400, em decorrência da inviabilidade, da implantação do empreendimento. Por sua vez, o Ministério de Minas e Energia (MME), após receber e analisar os autos do processo, em 22 de fevereiro de 2018, encaminhou à ANEEL o Ofício nº 66/2018/SPE-MME pelo qual não acatou a recomendação do Despacho nº 3.265/2016 e devolveu à ANEEL o processo para reavaliação.

Em setembro de 2018, após reunião com a comunidade indígena, a TNE foi autorizada a desenvolver estudos dentro da área afetada para a elaboração do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI). Os trabalhos previstos em tal estudo foram realizados entre outubro/2018 e abril/2019, sendo o documento final protocolado no IBAMA, juntamente da solicitação de Licença de Instalação, em junho de 2019. No momento, o IBAMA está aguardando manifestação dos indígenas e da FUNAI quanto ao PBA-CI protocolado, para dar sequência ao processo de análise de Licença de Instalação para o empreendimento.

Em 10 de setembro de 2019, por meio da 33ª Reunião de Diretoria ANEEL, o colegiado decidiu: (i) autorizar a celebração de termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/2012, que deverá constar o reequilíbrio econômico-financeiro e o valor associado ao Compensador Estático de Reativos - CER da SE Boa Vista, parte integrante do escopo do Edital, totalizando RAP de R\$275.561, atualizado até 31 de outubro de 2019; (ii) recompor o prazo de implantação do objeto para 36 meses, a ser contado a partir da assinatura de Termo de Aditivo Contratual; e (iii) convocar a contratada para, até 31 de outubro de 2019, assinar o aditivo. A presente decisão encontra-se disposta no Despacho ANEEL nº 2.502/2019.

Em 23 de setembro de 2019, considerando que a proposta de reequilíbrio econômico financeiro ao Contrato de Concessão apresentada pela ANEEL se mostrou deficitária, a TNE apresentou à Agência o recurso de pedido de reconsideração ao Despacho ANEEL Nº 2.502/2019. Em 31 de outubro de 2019, foi publicado no DOU, o Despacho ANEEL nº 2951/2019, dando provimento parcial ao pedido de reconsideração da TNE, suspendendo a convocação da TNE para assinatura do Termo Aditivo, originalmente previsto para até 31 de outubro de 2019, até que o referido recurso seja julgado pela diretoria colegiada da Agência.

Destacamos que a SE Boa Vista encontra-se em operação comercial desde maio de 2015, gerando uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida total do Empreendimento. Na opinião dos assessores legais da Companhia, as probabilidades de êxito na devolução da concessão e no recurso do Despacho ANEEL nº 2951/2019, são possíveis.

Diante das incertezas relacionadas ao desfecho dos processos acima referidos, a TNE e a Companhia não reconheceram em suas demonstrações contábeis qualquer montante relacionado ao ganho ou perda em relação ao requerimento de rescisão judicial do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL que está em andamento.

f) Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE

A ELTE é um projeto para exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica através das subestações Domênico Rangoni 345/138 kV e Manoel da Nóbrega 230/88kV, contemplando ainda 40 km de linha de transmissão. O empreendimento será conectado ao Sistema Interligado Nacional e irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente).

Este projeto possui um deslocamento justificável no cronograma, no que tange ao licenciamento ambiental. Embora a ELTE venha envidando seus melhores esforços para a obtenção das Licenças Ambientais junto ao órgão ambiental do Estado de São Paulo – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”), o processo de licenciamento ambiental tem se prolongado por questões não gerenciáveis por parte da ELTE, resultando no deslocamento do cronograma previsto originalmente no Contrato de Concessão nº 016/2014.

A emissão da Licença Prévia (“LP”) da subestação Domênico Rangoni 345/138 kV e suas respectivas linhas de transmissão estava prevista para outubro de 2015, porém, devido a manifestação desfavorável do Serviço Regional de Proteção ao Vão de São Paulo (SRPV-SP), responsável pelo Plano de Zoneamento Aeroportuário da Base Aérea de Santos, e manifestação desfavorável da Fundação Florestal, responsável pelo Parque Estadual da Serra do Mar, a CETESB indeferiu o pedido de Licença Prévia deste trecho, e, conseqüentemente, arquivou, de forma oficial, o processo, pela inviabilidade ambiental dessa parte do empreendimento. Adicionalmente, a emissão da Licença Prévia da subestação Manoel da Nóbrega 230/88 kV, e sua respectiva linha de transmissão, também prevista para outubro de 2015, foi emitida apenas em 31 de março de 2017.

Dada a impossibilidade de execução do empreendimento por inviabilidade ambiental, a ELTE protocolou, em 13 de junho de 2018, junto à ANEEL, o pedido de rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 016/2014. Em 7 de março de 2019, a ANEEL propôs à ELTE a redução de escopo do Contrato de Concessão em 48%, excluindo o trecho inviabilizado (Domênico Rangoni) e conseqüentemente o reequilíbrio econômico financeiro ao contrato de concessão, com assinatura do respectivo aditivo para junho de 2019. A ELTE manifestou concordância à proposta apresentada e ficou no aguardo da disponibilização, pela ANEEL, do termo aditivo ao contrato de concessão. Este prazo inicial foi postergado para 05 de novembro de 2019, com nova concordância pela ELTE.

Mediante a não manifestação da ANEEL, em 22 de janeiro de 2020, a ELTE entrou com mandato de segurança nº 1003014-91.2020.4.01.3400, para que a ANEEL disponibilizasse o termo aditivo ao contrato de concessão ou a rescisão integral do contrato. Em reunião extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2020, a ANEEL comunicou que um novo projeto, elaborado pela EPE e apresentado ao SRPV-SP, poderia viabilizar o trecho norte (Domênico Rangoni). Dessa forma, a ANEEL suspendeu por 90 dias ou até a manifestação da SRPV-SP (o que ocorrer primeiro), a decisão para o pedido apresentado pela ELTE, de rescisão amigável do contrato de concessão ou celebração do termo aditivo para implantação do trecho sul (Manoel da Nóbrega). Em seguida a ELTE protocolou na ANEEL recurso contra esta decisão, solicitando a manifestação em 30 dias. Em reunião de diretoria realizada em 5 de maio de 2020, a ANEEL negou o recurso da ELTE e manteve o Despacho anterior, ou seja, suspensão por 90 dias (contados a partir da reunião extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2020) ou até a manifestação da SRPV-SP (o que ocorrer primeiro), para voltar a analisar o tema.

Em reunião de diretoria da ANEEL, realizada em 26 de maio de 2020, foi decidido negar provimento ao Requerimento Administrativo interposto pela ELTE pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 16/2014, com redução do objeto, referente às obras do conjunto da Subestação Domênico Rangoni, com 345/138 kV, mantendo a

Subestação Manoel da Nóbrega, com 230/138-88 kV. Mediante esta decisão, a ELTE, em 10 de junho de 2020, apresentou à Agência o recurso de pedido de reconsideração ao Despacho ANEEL nº 1485/2020.

Em reunião de diretoria da ANEEL, realizada em 15 de dezembro de 2020, foi reconhecido o excludente total de responsabilidade pelo atraso na implantação do empreendimento por inviabilidade ambiental e aprovado o reequilíbrio econômico-financeiro para a retomada da implantação dos ativos de transmissão, tendo sido o termo aditivo assinado em 8 de janeiro de 2021.

g) Eólicas do Agreste Potiguar (“EAPs”)

Em 16 de setembro de 2020, a Alupar e sua controlada AF Energia constituíram as seguintes Companhias: Eólica do Agreste Potiguar III S.A. (EAP III), Eólica do Agreste Potiguar IV S.A. (EAP IV), Eólica do Agreste Potiguar V S.A. (EAP V), Eólica do Agreste Potiguar VI S.A. (EAP VI) e Eólica do Agreste Potiguar VII S.A. (EAP VII). As EAPs têm por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração de instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, estão localizadas no município de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte e serão utilizadas para a implantação do projeto Jandaíra cuja a potência total a ser instalada será de 151,2 MWh. O capital social integralizado para cada uma das EAPs na data da constituição foi de R\$1.000,00, sendo a Alupar a controladora das mesmas, com participação de 99,90%.

• **Projetos que entraram em operação comercial:**

h) Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. - EDTE

Em 20 de janeiro de 2020, a controlada indireta da Companhia, EDTE obteve autorização para início de operação comercial. A transmissora EDTE é responsável pelo desenvolvimento, construção e operação do lote M da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 realizado em abril de 2016, composto pelas seguintes instalações: LT 500 kV Ibicoara - Poções III | Extensão 165 Km; o SE 500/230 kV Poções III | Potência 600 MVA; e a LT 230kV Poções III – Poções II | Extensão 5 Km. A EDTE contribuiu com a expansão do sistema de transmissão da região sul do estado da Bahia, visando o adequado atendimento elétrico aos consumidores dessa região.

i) Empresa de Transmissão Baiana S.A. – ETB

Em 24 de julho de 2020, a controlada da Companhia, ETB obteve autorização para início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Juazeiro III - Ourolândia II e em 23 de outubro de 2020, recebeu do ONS, na mesma data, o Termo de Liberação Definitivo – TLD, autorizando o início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Gentio do Ouro II, a partir de 16 de outubro de 2020. Com essas liberações, passou a receber uma RAP total de R\$143.781 para o ciclo 2020_2021. A ETB contribuiu para o aumento da capacidade de Transmissão da interligação Nordeste - Sudeste, visando o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração previstos para serem implantados na região Nordeste

j) Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Em 22 de setembro de 2020, a ETES recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Termo de Liberação Definitivo – TLD, autorizando, a partir de 15 de setembro de 2020, o início da operação comercial do Reforço das Instalações da Subestação Verona, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.545/2019, datada de 22 de janeiro de 2019. Esse Reforço passou a receber uma RAP de R\$3.100, valor base ciclo 2020_2021. O investimento das instalações a ser unitizado foi de aproximadamente R\$23.500.

k) Transmissora Paraíso de Energia S.A. - TPE

Em 30 de outubro de 2020, a controlada TPE, obteve, na mesma data, o Termo de Liberação de Receita – TLR, o qual autorizou o recebimento de receita a partir de 25 de outubro de 2020, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional – SIN, antecipando o início do recebimento da RAP em aproximadamente 16 meses do cronograma da ANEEL, previsto para 09 de fevereiro de 2022. Este projeto passou a receber uma RAP de R\$243.400 ao ano. A transmissora TPE foi responsável pelo desenvolvimento, construção e operação do lote 2 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 realizado em outubro de 2016.

1.3. Combinação de negócios: aquisições e venda de participações societárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

a) Aquisição da AETE pela controlada APAETE

A aquisição da AETE ocorreu em dois estágios. O primeiro estágio foi por meio da aquisição do Lote O do Leilão Eletrobras nº 01/2018, realizado em 27 de setembro de 2018, composto pela alienação de 49% da participação societária detida pela Eletrobrás. A aquisição se deu por meio do Consórcio Olympus VI, cujo lance vencedor foi de R\$94.874, com ágio de 10% em relação ao valor mínimo. Em decorrência da adjudicação, Alupar e CSHG Perfin Apollo 16 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Apollo 16”) constituíram a APAETE, para adquirir a participação societária da Eletrobrás na AETE de 49%, conforme exigido pelo Edital do leilão. Cabe destacar que a Alupar detém 25,50% do capital social total da APAETE e a Apollo 16, 74,50%, e exerce controle da APAETE por deter 51% do capital social votante da APAETE e a Apollo 16 detém 49%. Em decorrência do referido leilão, em 11 de março de 2019, a APAETE celebrou com a Eletrobrás o contrato de compra e venda de 21.299.712 ações ordinárias da AETE, equivalente aos 49% de participação, tendo o CADE e a ANEEL aprovado a transação em 29 de março de 2019 e 15 de maio de 2019, respectivamente. Após cumprida todas as condições precentes, previstas no contrato de compra e venda, em 01 de julho de 2019 foi realizado o Termo de Fechamento e o pagamento, que já descontou os valores pagos à Eletrobras à título de sinal, conforme determinado no referido contrato, concluindo a transferência das ações. O montante total pago à Eletrobrás foi de R\$86.813.

O segundo estágio ocorreu em 18 de julho de 2019, tendo a controlada APAETE adquirido 26,99% do capital social total da AETE, detidos pela BIPAR Energia S.A. (“BIPAR”), por meio de contrato de compra e venda, datado de 16 de maio de 2019, no valor de R\$47.866, sendo 70% pago em 18 de julho de 2019 e o saldo restante pago em duas parcelas anuais e sucessivas (1ª parcela 20% e a 2ª parcela 10%) atualizadas por 105% do CDI. Com esta aquisição a APAETE passou a deter 75,99% do capital social total da AETE e controle da mesma, consequentemente, a Alupar passou a deter indiretamente 19,38% de participação na mesma e o seu controle indireto por meio da APAETE.

Em Assembleia Geral Extraordinária da AETE, realizada em 1º de agosto de 2019, foram eleitos 3 membros do conselho de administração da Companhia, indicados pela APAETE, do total de 5 que compõem o órgão. Em 8 de agosto de 2019, por meio de Reunião do Conselho de Administração da AETE, foram eleitos 2 diretores indicados pela APAETE, do total de 3 que compõem o órgão.

Em 14 de agosto de 2019, a controlada APAETE adquiriu 10,76% do capital social total da AETE, detidos pela Alubar Energia S.A. (“Alubar”), operação não atrelada as aquisições anteriores. O valor ajustado conforme o Contrato de compra e venda foi de R\$18.630, pagos na referida data. Com esta aquisição a APAETE passou a deter 86,75% do capital social total da AETE e, consequentemente, a Alupar passou a deter indiretamente 22,12% de participação na mesma. O valor patrimonial adquirido foi de R\$21.032, e o valor pago a menor sobre o valor patrimonial foi de R\$2.402, foi reconhecido em reservas de capital aumentando o patrimônio líquido, dado que a Companhia já tinha o controle.

A AETE contribuiu com receitas de R\$7.429 e lucro líquido de R\$4.560 de 18 de julho de 2019, data de aquisição, até 30 de novembro de 2019 na demonstração do resultado consolidada. Caso o controle da AETE tivesse sido adquirido a partir de 1º de janeiro de 2019, teria sido incluído na demonstração do resultado consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os montantes de R\$24.681 referente às receitas e R\$15.450 referente ao lucro líquido.

b) Aquisição de 49% de participação da TME e venda de 35% de participação à APOLLO 15

O Lote K, do Leilão Eletrobras nº 01/2018, realizado em 27 de setembro de 2018, era composto pela alienação de 49% da participação societária detida pela Eletrobrás na TME, empresa esta que a Alupar já era acionista detendo 46% da participação societária, contudo não detinha o controle. O lance vencedor, apresentado pela Companhia, foi correspondente ao valor mínimo de R\$109.530. A Alupar celebrou em 14 de março de 2019 o respectivo contrato de compra e venda de ações com a Eletrobrás e em 01 de abril de 2019 e 15 de maio de 2019, obteve a aprovação do CADE e da ANEEL, respectivamente.

Adicionalmente, com o objetivo de trazer maior sinergia operacional e financeira aos ativos localizados no Estado do Mato Grosso, a Companhia celebrou em 20 de março de 2019, o contrato de compra e venda de Ações com a APOLLO 15 Participações S.A. (“APOLLO 15”) para venda de 35% do capital social total da TME, condicionada a finalização da aquisição anterior e nas mesmas condições da aquisição do lote K.

Em 6 de novembro de 2019, a Companhia recebeu anuência do BNDES e Banco do Brasil, agentes financiadores, para concretizar a aquisição de 49% da participação da TME e venda subsequente de 35% da referida participação. A conclusão

da aquisição ocorreu em 13 de novembro de 2019, com o cumprimento das condições precedente previstas no contrato de compra e venda e o consequente pagamento à Eletrobrás no montante de R\$119.095, passando a Companhia, neste momento, a deter 95% de participação na TME, passando a controlá-la.

Em 18 de novembro de 2019, a Companhia concluiu a venda de 35% de participação da TME à APOLLO 15, pelo montante de R\$85.216, passando a deter 60% de participação societária. O valor justo da parcela vendida era no montante de R\$114.073, desta forma, a Companhia registrou uma redução em seu patrimônio líquido na conta de reservas de capital no montante de R\$28.857.

A TME contribuiu com receitas de R\$14.106 e lucro líquido de R\$6.021 de 13 de novembro de 2019, data de aquisição, até 31 de dezembro de 2019 na demonstração do resultado consolidada. Caso o controle da TME tivesse sido adquirido a partir de 1º de janeiro de 2019, teria sido incluído na demonstração do resultado consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os montantes de R\$44.483 referente às receitas e R\$19.691 referente ao lucro líquido.

c) Aquisição de controle da ETB

A Alupar e a Apollo 12 Participações S.A. ("APOLLO 12") detinham o controle compartilhado da ETB, possuindo cada uma 50% de participação. Em 2 de outubro de 2019, com base no acordo de acionistas, a Alupar exerceu a opção de compra de 2.230 ações da ETB, que correspondiam a 1% de participação detida pela Apollo 12 e foi solicitada a anuência da ANEEL para a transferência de controle. Conforme Despacho nº 3.116, emitido em 8 de novembro de 2019, a ANEEL anuiu a transferência de controle da ETB, e aprovou a aquisição pela Alupar de 2.230 ações da ETB, correspondente a 1% de participação societária, desta forma, a Alupar assumiu o controle dessa companhia com 51% de participação contra 49% de participação da APOLLO 12. A conclusão dessa aquisição ocorreu em 25 de novembro de 2019, com a transferência das ações e o pagamento à APOLLO 12 no montante de R\$1.338.

A ETB contribuiu com receitas de R\$71.257 e prejuízo de (R\$5.242) de 25 de novembro de 2019, data de aquisição, até 31 de dezembro de 2019 na demonstração do resultado consolidada. Caso o controle da ETB tivesse sido adquirido a partir de 1º de janeiro de 2019, teria sido incluído na demonstração do resultado consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os montantes de R\$632.939 referente às receitas e R\$112.399 referente ao lucro líquido.

A Companhia e a controlada APAETE apuraram os valores justos dos ativos e passivos, assim como a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. A Empresa, contratou avaliador independente que determinou os valores divulgados a seguir na data da aquisição, considerando eventuais efeitos de eventos subsequentes ocorridos até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, disponíveis.

A tabela abaixo resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Valores reconhecidos de ativos identificáveis e passivos assumidos	AETE (a)	TME (b)	ETB (c)
Caixa equivalentes de caixa	24.201	34.820	386.971
Títulos e valores mobiliários	-	7.911	-
Contas a receber de clientes (i)	4.308	8.194	-
Ativo contratual da concessão (nota 9)	177.260	551.273	627.960
Outros ativos	5.695	7.945	18.014
Imobilizado (nota 12)	268	-	-
Total dos ativos	211.733	610.143	1.032.945
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19 e 20)	-	(100.389)	(725.045)
Fornecedores	(297)	(225)	(9.970)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.439)	(67.994)	(43.354)
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	(11.744)	(67.174)	(60.392)
Outros passivos	(2.245)	(48.476)	(4.332)
Passivo contingente (ii) (nota 21)	(3.362)	(3.312)	-
Total dos passivos	(23.088)	(287.570)	(843.093)
Total de ativos e passivos identificáveis	188.645	322.573	189.852
Mensuração a valor justo:			

- i) O 'Contas a receber de clientes' da AETE é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$4.907, dos quais R\$599 são estimados como não recuperáveis.
- ii) Na data de aquisição foi reconhecido um passivo contingente com o valor justo de R\$3.031 na AETE e R\$3.312 na TME representados pelas contingências possíveis. Em 31 de dezembro de 2019, não houve mudanças na estimativa dos valores das contingências reconhecidas na data da aquisição.

As referidas combinações de negócios foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa nº 2.5.2

A Companhia registrou o valor estimado dessa combinação de negócios baseada no valor justo do acervo líquido adquirido, o valor da compra vantajosa e ganhos (perdas) na aquisição de controle, da seguinte forma:

	AETE			TME	ETB
	01/07/2019	18/07/2019	14/08/2019	13/11/2019	25/11/2019
Data da aquisição	01/07/2019	18/07/2019	14/08/2019	13/11/2019	25/11/2019
Preço pago	86.813	47.866	18.630	119.095	1.338
Participação adquirida	49,00%	26,99%	10,76%	49,00%	1,00%
Valor contábil	191.023	191.023	195.462	322.970	187.765
Valor justo	191.676	188.645	195.462	322.573	189.852
Valor justo da parcela adquirida	93.921	50.915	21.032	158.061	1.899
Contraprestação transferida pelas aquisições	(86.813)	(47.866)	(18.630)	(119.095)	(1.338)
Compra vantajosa (*)	7.108	3.049	-	38.966	560
Ganho na aquisição da participação de acionistas não controladores (**)	-	-	2.402	-	-
Remensuração na aquisição de controle					
Participação anterior	-	49,00%	-	46,00%	50,00%
Valor justo da participação anterior	-	(93.921)	-	(148.566)	(93.883)
Remensuração do valor justo da participação anterior	-	92.436	-	148.384	94.926
Ganho (Perda) na remensuração na aquisição de controle	-	(1.485)	-	(183)	1.044
Venda de participação societária					
Data da venda	-	-	-	18/11/2019	-
Participação vendida	-	-	-	35%	-
Valor contábil	-	-	-	325.924	-
Valor justo da parcela vendida	-	-	-	114.073	-
Contraprestação recebida pela venda	-	-	-	(85.216)	-
Perda na venda de participação em controlada (**)	-	-	-	28.857	-

(*) Com base nos valores justos calculados nas datas das aquisições, a Companhia e a APAETE reconheceram um ganho líquido de R\$39.827 e R\$8.672, respectivamente, oriundos das compras vantajosas e das perdas nas remensurações nas aquisições do controle da ETB e AETE, registrados na rubrica "Outras receitas - ganhos (perdas) líquidos nas aquisições de empresas" na demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2019. (**) Com base nos valores justos calculados na data da aquisição e de compra/venda de participação societária, a controlada a APAETE e a Companhia reconheceram em reserva de capital nos valores de R\$2.402 e (R\$28.857), respectivamente, oriundo das transações entre acionistas da Apollo 15 e ALUBAR, referente à diferença entre o valor justo da parcela vendida/adquirida e o valor da contraprestação.

O patrimônio líquido, incluindo a participação de não controladores, foi mensurado pelo seu valor em uso considerando o nível 3 da hierarquia do valor justo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Assim como, em conformidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais.

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas na gestão das operações da Companhia e suas controladas.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 22 de março de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas nº 9 e nº 24) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 12) e Intangível (nota explicativa nº 13) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para compensações ambientais (nota explicativa nº 15); Provisão para desmobilização de ativos; Provisão para constituição dos ativos (nota explicativa nº 16) e Provisão para contingências (nota explicativa nº 21) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 18) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 28) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão; e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 30) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

2.4. Moeda funcional e de apresentação e conversão de entidade no exterior

2.4.1. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto, com exceção das controladas Alupar Peru e La Virgen cuja moeda funcional é o *Nuevo Sol*, das controladas Alupar Colômbia, Risaralda e TCE cuja moeda funcional é o *Peso Colombiano* e da controlada Alupar Chile cuja moeda funcional é o *Peso Chileno*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4.2. Conversão de saldos de entidade no exterior

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As receitas e despesas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa média de câmbio do exercício. A Companhia registra em outros resultados abrangentes variações cambiais resultantes da referida conversão de suas controladas no exterior. Tais variações somente serão transferidas para a demonstração do resultado em caso de baixa do investimento.

2.5. Base de consolidação

2.5.1. Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data

em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Participação 31/12/20 (%)		Participação 31/12/2019 (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas:					
ACE	Comercializadora	100,00	-	100,00	-
AETE (**)	Transmissão	-	32,06	-	22,12
AF Energia	Prestadora de serviços	100,00	-	100,00	-
Agua Limpa	Geração	99,99	-	99,99	-
Alupar Chile	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	100,00	-	100,00	-
Apaete	Holding	36,96	-	25,50	-
EAP I	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP II	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP III (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP IV (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP V (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VI (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VII (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EDTE (vi)	Transmissão	-	25,06	-	25,06
EDV I (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV II (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV III (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV IV (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV X (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
ELTE	Transmissão	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	51,00	-	51,00	-
ETC	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	69,83	-	69,83	-
GET	Geração	51,00	-	51,00	-
Ijuí	Geração	86,66	-	86,66	-
La Virgen (viii)	Geração	3,67	86,07	5,52	79,06
Lavrinhas	Geração	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	68,83	-	68,83	-
Reunidas	Holding	99,99	-	99,99	-
Risaralda (vii)	Geração	0,34	99,62	0,34	99,62
STC (i)	Transmissão	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	51,00	-	51,00	-
TCC	Transmissão	51,00	-	51,00	-
TCE (vii)	Transmissão	-	99,99	-	99,99
TME	Transmissão	60,00	-	60,00	-
TPE	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Transirapé (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holding	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
TSM	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Verde 8	Geração	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holding	100,00	-	100,00	-
Controlada em conjunto:					
TNE (*)	Transmissão	51,00	-	51,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) Controladas diretamente pela Transminas. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colômbia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (ix) Participação indireta via a controlada Windepar. (x) Controladas constituídas em 16 de setembro de 2020. (*) A TNE é controlada em conjunto pois decisões relevantes sobre o negócio são tomadas por unanimidade de votos dos acionistas detentores de ações votantes para serem aprovadas. (**) A AETE foi consolidada a partir de 18 de julho de 2019 (nota explicativa nº 1.3, item a)).

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

2.5.2. Combinações de Negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2020, descritas na nota explicativa nº 4.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

3.1.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros

são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 30.2.

3.2. Contratos de Concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por manter a infraestrutura disponível do sistema de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais

além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 12,30% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM. Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas de infraestrutura e a receita de remuneração financeira dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE que estão registrados na rubrica de “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

3.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas e em nas controladas em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas.

3.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

a) Direito exploração da concessão – Uso do Bem Público

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão (35 anos).

b) Direito exploração da concessão e autorização

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

c) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Refere-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros da controlada indireta La Virgen, por meio de combinação de negócios e custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

3.6. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

- *Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

- *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7.1. Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

3.7.2. Provisão para desmobilização de ativos

Para as controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, são assumidas obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.7.3. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

3.7.4. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Benefícios a empregados

3.8.1. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.8.2. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a

contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado “Lucro da Exploração”, aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.10. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

3.10.1. Receita de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

3.10.2. Remuneração financeira dos ativos da concessão

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

3.10.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

3.10.4. Parcela variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está é reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

3.10.5. Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.10.6. Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Nas controladas da Companhia, o mínimo a ser distribuído, é de 25% do lucro anual.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

- *Imposto de renda sobre os dividendos*

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda. Os dividendos pagos pelas controladas domiciliadas na Colômbia e Peru são tributadas em sua origem aplicando a alíquota de 7,5% e 5%, respectivamente.

3.12. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.13. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.14. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.15. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Encargos regulatórios” e “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.16. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) “Outros” que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção de usinas geradoras (O&M) que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

3.18. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.19. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito (“spread bancário”) obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

4. Novas normas e interpretações

4.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2020

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16).
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)/Conceptual Framework)

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao IAS 1);
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao IAS 37); e
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora		Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	568	204	-	-	44.514	67.982
Certificados de depósitos bancários	95,00%	-	189.216	-	96,85%	90,00%	411.479	320.891
Operações compromissadas	-	94,57%	-	38.976	-	95,00%	-	38.976
Fundos de investimento	-	-	-	-	94,17%	98,20%	147.069	568.626
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	-	294	20,00%	20,00%	71.547	28.729
Total			189.784	39.474			674.609	1.025.204

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

6. Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Descrição da carteira				
Operações compromissadas	155.150	406.689	230.118	1.368.202
Títulos públicos do Governo Brasileiro	371.677	533.722	1.073.830	1.349.326
Títulos privados	28.275	42.725	101.860	146.918
Outros	(3)	(33)	(302)	(98)
Total	555.099	983.103	1.405.506	2.864.348

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos exclusivos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e foram remunerados em média por 88,57% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (97,49% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

7. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de investimento	98,00%	98,00%	103.619	104.963
			103.619	104.963
Circulante			767	4.470
Não Circulante			102.852	100.493

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado						31/12/2020	31/12/2019
	A vencer		A vencer	Vencidos						
	31/12/2020	31/12/2019		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias			
Sistema de transmissão de energia										
Encargos de uso da transmissão	-	-	191.380	1.230	496	4.910	14.053	212.069	142.370	
	-	-	191.380	1.230	496	4.910	14.053	212.069	142.370	
Sistema de geração de energia										
Ambiente regulado	-	-	23.081	-	-	-	-	23.081	35.174	
Ambiente livre	12.729	35.834	50.064	-	-	13.884	13.884	77.832	80.623	
MRE e Spot (energia de curto prazo)	19.450	15.814	123.274	-	-	-	-	123.274	100.619	
	32.179	51.648	196.419	-	-	13.884	13.884	224.187	216.416	
	32.179	51.648	387.799	1.230	496	18.794	27.937	436.256	358.786	
Circulante	32.179	51.648						415.353	346.258	
Não circulante	-	-						20.903	12.528	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito é que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Em 31 de dezembro de 2020 do montante em aberto de MRE e Spot (energia de curto prazo), R\$68.773 (R\$49.466 em 31 de dezembro de 2019) referem-se a contas a receber decorrentes da situação temporária da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações do mercado livre ocorridas no período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim. A atualização sobre esse assunto encontra-se na nota explicativa nº 35.

9. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo de concessão	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	9.959.154	5.531.458
Receita de operação e manutenção	591.201	461.143
Remuneração financeira dos ativos de concessão	2.266.275	432.406
Receita de infraestrutura	3.241.714	3.393.000
Ativo de concessão adquirido em combinação de negócios (Nota explicativa nº 1.3)	-	1.356.493
Realização do ativo contratual de concessão	(1.457.634)	(1.215.346)
Saldo final	14.600.710	9.959.154
Circulante	1.290.362	951.888
Não circulante	13.310.348	9.007.266

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725 de 14 de julho de 2020, vigente desde julho de 2020, está sendo realizada conforme segue:

Ciclo 2020-2021	Rede Básica			Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total líquido
	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RMEL ^(f)	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RPEC ^(c)	RCDM ^(d)			
EATE	249.272	8.878	34	-	-	-	-	258.185	6.614	264.799
ENTE	134.549	18	12	-	-	-	-	134.579	(2.169)	132.410
STN	157.720	1.737	-	-	-	-	-	159.458	(2.266)	157.192
ETEP	58.581	15	192	-	-	-	-	58.788	(461)	58.327
ECTE	56.783	11	31	-	-	-	-	56.825	(542)	56.283
ERTE	23.777	6.870	-	-	-	-	-	30.648	(12.395)	18.253
EBTE	41.370	4.360	9	2.719	-	432	-	48.889	1.223	50.112
STC	30.443	1.975	-	8.280	2.587	371	4.477	48.133	(769)	47.364
Transleste	35.664	-	-	-	-	-	-	35.664	(472)	35.192
Transirapé	20.815	9.512	-	4.742	4.311	387	1.282	41.048	1.774	42.822
Lumitrans	31.818	22	-	-	-	-	-	31.841	(346)	31.495
Transudeste	30.231	-	-	-	-	-	-	30.231	(324)	29.908
ETSE	16.034	2.107	-	2.458	1.894	1.021	-	23.513	(142)	23.371
ETES	8.836	3.226	-	-	4.470	-	2.057	18.589	(217)	18.372
ESDE	9.242	-	2	4.114	-	1.005	-	14.363	(482)	13.881
ETAP	57.319	-	-	-	-	-	-	57.319	(754)	56.565
TME	47.779	7.137	32	-	-	-	-	54.948	(545)	54.403
ETC	10.338	-	-	19.512	-	3.424	-	33.274	(2.696)	30.578
ETEM	13.700	-	55	-	-	-	-	13.755	(144)	13.611
ETVG	1.358	208	-	2.844	6.013	496	848	11.767	(12)	11.756
AETE	32.175	-	30	-	-	-	-	32.205	(588)	31.617
EDTE	65.952	-	-	-	-	-	-	65.952	(875)	65.078
ETB	55.881	-	-	-	-	-	-	55.881	-	55.881
Total	1.189.639	46.077	397	44.668	19.275	7.136	8.663	1.315.856	(16.588)	1.299.267

(a) Rede Básica Licitada. (b) Rede Básica Novas Instalações. (c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas.

(d) Receita das Demais Instalações de Transmissão. (e) Demais Instalações de Transmissão. (f) Receita de Melhorias.

10. Investimentos em controladas e controlada em conjunto

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2019	Adições (baixas) (iv)	Amortização do intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Dividendos (iii)	Saldo em 31/12/2020
Controladas:							
ACE	23	-	-	-	(9)	-	14
AF	789	-	-	-	2.077	-	2.866
Agua Limpa	7.878	-	-	-	(20)	-	7.858
Alupar Colômbia	46.380	22.039	-	14.017	4.141	-	86.577
Alupar Chile	(1.521)	-	-	-	-	-	(1.521)
Alupar Peru	96.064	198.347	-	26.179	(78.902)	-	241.688
Apaete	36.227	22.665	-	-	16.341	(12.379)	62.854
EAP I	(42)	-	-	-	(46)	-	(88)
EAP II	(42)	-	-	-	(41)	-	(83)
EAP III	-	1	-	-	-	-	1
EAP IV	-	1	-	-	-	-	1
EAP V	-	1	-	-	-	-	1
EAP VI	-	1	-	-	-	-	1
EAP VII	-	1	-	-	-	-	1
EATE	490.542	-	-	-	259.589	(171.031)	579.100
ECTE	106.101	-	-	-	41.858	(44.464)	103.495
ELTE	15.079	-	-	-	2.816	-	17.895
ENTE	271.312	-	-	-	92.924	(89.407)	274.829
ERTE	35.264	-	-	-	151	-	35.415
ETAP	188.890	-	-	-	70.451	(15.747)	243.594
ETB (ii)	107.397	17.891	(1.973)	-	80.925	(5.129)	199.111
ETC	78.502	-	-	-	26.840	(9.358)	95.984
ETEM	55.849	-	-	-	5.218	(889)	60.178
ETEP	145.743	-	-	-	32.965	(53.757)	124.951
ETES	53.945	-	-	-	8.384	-	62.329
ETVG	64.771	-	-	-	8.118	(1.456)	71.433
Ferreira Gomes	892.360	-	-	-	23.523	(4.445)	911.438
Foz	160.561	-	-	-	18.716	(4.445)	174.832
GET	(548)	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	285.056	-	-	-	10.172	(4.308)	290.920
La Virgen (i)	21.970	-	-	6.720	(1.457)	-	27.233
Lavrinhas	99.189	-	-	-	(943)	(1.099)	97.147
Lumitrans	15.907	(1.350)	-	-	4.294	(2.481)	16.370
Queluz	128.251	-	-	-	(1.285)	(1.184)	125.782
Risaralda	63	-	-	11	9	-	83
STC	44.731	-	-	-	4.011	(10.228)	38.514
STN	230.659	-	-	-	69.073	(30.115)	269.617
TCC	80.444	-	-	-	71.039	21.474	172.957
TME	194.710	-	(139)	-	18.758	(78.606)	134.723
TPE	114.102	79.560	-	-	193.163	(15.480)	371.345
Transminas	88.381	-	-	-	41.888	(19.916)	110.353
Transmissoras Reunidas	(2)	-	-	-	(10)	-	(12)
TSM	27.961	-	-	-	55.803	2.622	86.386
Verde 8	86.367	-	-	-	(1.654)	-	84.713
Windepar	133.799	33.530	-	-	(12.705)	-	154.624
Subtotal	4.403.112	372.687	(2.112)	46.927	1.066.175	(551.828)	5.334.961
Controlada em conjunto							
TNE	136.958	-	-	-	(9.224)	-	127.734
Total Consolidado	136.958	-	-	-	(9.224)	-	127.734
Total Controladora	4.540.070	372.687	(2.112)	46.927	1.056.951	(551.828)	5.462.695

(i) Na La Virgen existe um direito de exploração no valor de R\$6.164 reclassificado para o intangível para fins de consolidação. (ii) Na ETB existe um direito de exploração no valor de R\$28.400 reclassificado para o intangível para fins de consolidação. (iii) Os valores positivos referem-se a transferência dos dividendos mínimos obrigatórios declarados de 2019 para reserva de lucros a realizar nas controladas. (iv) Os valores positivos referem-se a integralizações e aumentos de capital, com exceção do montante da APAETE, que também é composto pela aquisição de participação societária, no valor de R\$16.186 e o ganho de capital apurado nessa operação, no valor de R\$4.031 (vide nota explicativa nº 1.2 item (c)).

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2018	Adições (baixas)	Aquisição de controladas	Compra (venda) de participação de não controladores	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Ganho (perda) em transações entre sócios	Distribuição de Dividendos	Saldo em 31/12/2019
Controladas:									
ACE	(1.065)	1.100	-	-	-	(12)	-	-	23
AF	(1.477)	530	-	-	-	1.736	-	-	789
Agua Limpa	7.467	430	-	-	-	(19)	-	-	7.878
Alupar Colômbia	40.034	3.154	-	-	1.194	1.998	-	-	46.380
Alupar Chile	(1.521)	-	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Alupar Peru	69.005	35.829	-	-	12.207	(20.977)	-	-	96.064
Apaete	-	35.469	-	-	-	871	613	(726)	36.227
EAP I	-	1	-	-	-	(43)	-	-	(42)
EAP II	-	1	-	-	-	(43)	-	-	(42)
EATE	484.662	-	-	-	-	175.244	-	(169.364)	490.542
ECTE	104.056	-	-	-	-	24.070	-	(22.025)	106.101
ELTE	457	15.457	-	-	-	(835)	-	-	15.079
ENTE	245.119	-	-	-	-	104.837	-	(78.644)	271.312
ERTE	37.347	-	-	-	-	9.363	-	(11.446)	35.264
ETAP	80.538	-	-	-	-	144.469	-	(36.117)	188.890
ETC	25.740	-	-	-	-	70.221	-	(17.459)	78.502
ETEM	60.800	-	-	-	-	(4.951)	-	-	55.849
ETEP	131.088	-	-	-	-	37.383	-	(22.728)	145.743
ETES	87.541	-	-	-	-	(17.919)	-	(15.677)	53.945
ETVG	73.289	-	-	-	-	889	-	(9.407)	64.771
Ferreira Gomes	880.629	-	-	-	-	14.256	-	(2.525)	892.360
Foz	146.173	-	-	-	-	19.230	-	(4.842)	160.561
GET	(548)	-	-	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	270.385	-	-	-	-	19.241	-	(4.570)	285.056
La Virgen (*)	21.516	-	-	-	894	(440)	-	-	21.970
Lavrinhas	98.669	-	-	-	-	10.951	-	(10.431)	99.189
Lumitrans	16.171	-	-	-	-	3.886	-	(4.150)	15.907
Queluz	127.984	-	-	-	-	12.968	-	(12.701)	128.251
Risaralda	51	-	-	-	3	9	-	-	63
STC	41.624	-	-	-	-	9.107	-	(6.000)	44.731
STN	207.183	-	-	-	-	38.994	-	(15.518)	230.659
TCC	13.802	-	-	-	-	88.116	-	(21.474)	80.444
TPE	19.850	-	-	-	-	124.648	-	(30.396)	114.102
Transminas	80.394	-	-	-	-	25.283	-	(17.296)	88.381
Transmissoras Reunidas	-	16	-	-	-	(18)	-	-	(2)
TSM	12.405	7.140	-	-	-	11.038	-	(2.622)	27.961
Verde 8	94.708	-	-	-	-	(5.347)	-	(2.994)	86.367
Windepar	143.607	(10)	-	-	-	(9.798)	-	-	133.799
TME	-	-	307.199	(85.216)	-	3.587	(28.857)	(2.003)	194.710
ETB (**)	-	-	122.072	1.338	-	(2.666)	-	(13.347)	107.397
Subtotal	3.617.683	99.117	429.271	(83.878)	14.298	889.327	(28.244)	(534.462)	4.403.112
Controladas em conjunto									
TME	142.278	-	(148.566)	-	-	6.288	-	-	-
TNE	144.673	-	-	-	-	(7.715)	-	-	136.958
ETB	56.277	-	(115.098)	-	-	58.821	-	-	-
Total Consolidado	343.228	-	(263.664)	-	-	57.394	-	-	136.958
Total Controladora	3.960.911	99.117	165.607	(83.878)	14.298	946.721	(28.244)	(534.462)	4.540.070

(*) Na La Virgen existe um direito de exploração no valor de R\$6.164 reclassificado para o intangível para fins de consolidação. (**) Na ETB existe um direito de exploração no valor de R\$28.400 reclassificado para o intangível para fins de consolidação.

As informações resumidas das controlas e controlada em conjunto constam na tabela a seguir:

Empresa	Dados das controladas				31/12/2020			31/12/2019		
	31/12/2020				Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%)		Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%)	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado		Votante	Total		Votante	Total
Controladas:										
ACE	14	-	14	(9)	3.420.644	100,00	100,00	3.420.644	100,00	100,00
AF Energia	7.877	5.009	2.868	2.078	7.370.000	100,00	100,00	7.370.000	100,00	100,00
Água Limpa	7.926	67	7.859	(20)	7.947.090	99,99	99,99	7.947.090	99,99	99,99
Alupar Chile	1.329	2.850	(1.521)	-	5.000.000	100,00	100,00	5.000.000	100,00	100,00
Alupar Colombia	144.556	57.980	86.576	4.140	58.596.603.000	100,00	100,00	55.801.860.000	100,00	100,00
Alupar Peru	521.193	279.506	241.687	(78.901)	254.466.812	100,00	100,00	152.231.612	100,00	100,00
APAETE	170.936	853	170.083	45.981	76.297.851	51,00	36,96	71.497.851	51,00	25,50
EAP I	1.990	2.078	(88)	(46)	1.000	99,90	99,90	1.000	99,90	99,90
EAP II	1.322	1.405	(83)	(41)	1.000	99,90	99,90	1.000	99,90	99,90
EAP III	1	-	1	-	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EAP IV	1	-	1	-	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EAP V	1	-	1	-	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EAP VI	1	-	1	-	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EAP VII	1	-	1	-	1.000	99,90	99,90	-	-	-
EATE	2.289.188	1.131.393	1.157.795	518.998	92.000.000	50,02	50,02	92.000.000	50,02	50,02
ECTE	537.862	330.966	206.896	83.678	42.095.000	50,02	50,02	42.095.000	50,02	50,02
ELTE	23.377	5.482	17.895	2.820	15.467.000	100,00	100,00	15.467.000	100,00	100,00
ENTE	940.391	390.853	549.538	185.808	100.840.000	50,01	50,01	100.840.000	50,01	50,01
ERTE	181.913	20.642	161.271	691	84.133.970	21,96	21,96	84.133.970	21,96	21,96
ETAP	621.747	378.152	243.595	70.450	10.481.000	100,00	100,00	10.481.000	100,00	100,00
ETC	297.803	201.819	95.984	26.840	6.151.000	100,00	100,00	6.151.000	100,00	100,00
ETEM	150.855	55.013	95.842	8.312	43.000.000	62,79	62,79	43.000.000	62,79	62,79
ETEP	508.597	258.773	249.824	65.910	27.000.000	50,02	50,02	27.000.000	50,02	50,02
ETES	148.546	86.217	62.329	8.382	29.064.000	100,00	100,00	29.064.000	100,00	100,00
ETVG	132.944	61.511	71.433	8.119	34.847.722	100,00	100,00	34.847.722	100,00	100,00
Ferreira Gomes	1.543.489	632.050	911.439	24.477	807.080.529	100,00	100,00	807.080.529	100,00	100,00
Foz	391.772	141.420	250.352	26.799	67.717.178	100,00	69,83	67.717.178	100,00	69,83
GET	30	1.104	(1.074)	-	1.200	51,00	51,00	1.200	51,00	51,00
Ijuí	460.149	124.437	335.712	11.741	273.064.862	100,00	86,66	273.064.862	100,00	86,66
La Virgen	1.009.498	435.637	573.861	(39.680)	384.236.203	3,67	3,67	255.585.903	5,52	5,52
Lavrinhas	318.687	159.418	159.269	(1.546)	70.910.870	61,00	61,00	70.910.870	61,00	61,00
Lumitrans	130.754	21.611	109.143	28.622	72.012.095	15,00	15,00	72.012.095	15,00	15,00
Queluz	365.818	183.072	182.746	(1.865)	96.782.146	68,83	68,83	96.782.146	68,83	68,83
Risaralda	225.369	201.011	24.358	3.125	29.093	0,34	0,34	29.093	0,34	0,34
STC	223.502	30.936	192.566	20.052	211.003.246	20,00	20,00	211.003.246	20,00	20,00
STN	687.474	158.815	528.659	135.434	198.000.000	51,00	51,00	198.000.000	51,00	51,00
TCC	1.382.949	1.043.817	339.132	139.293	22.728.926	51,00	51,00	22.728.926	51,00	51,00
TPE	2.684.043	1.955.919	728.124	378.749	31.553.107	51,00	51,00	31.553.107	51,00	51,00
Transminas	167.714	10.106	157.608	59.825	44.860.000	70,02	70,02	44.860.000	70,02	70,02
Transmissoras Reunidas	-	11	(11)	(9)	25.780	100,00	100,00	25.780	100,00	100,00
TSM	871.518	702.134	169.384	109.416	37.631.994	51,00	51,00	37.631.994	51,00	51,00
Verde 8	294.184	194.523	99.661	(2.090)	107.660.380	85,00	85,00	107.660.380	85,00	85,00
Windepar	310.034	155.411	154.623	(12.706)	164.832.956	100,00	100,00	164.832.956	100,00	100,00
TME	601.000	375.470	225.530	30.337	109.793.590	60,00	60,00	109.793.590	60,00	60,00
ETB	1.489.530	1.150.936	338.594	158.677	222.958	51,00	51,00	222.958	51,00	51,00
Controlada em conjunto:										
TNE	282.883	32.499	250.384	(18.087)	298.705.100	51,00	51,00	298.705.100	51,00	51,00

11. Participação dos acionistas não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas da Alupar que possuem participação de acionistas não controladores:

Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	31/12/2020			31/12/2019		
	Participação dos não controladores (%)	Valor contábil dos não controladores	Resultado dos não controladores	Participação dos não controladores (%)	Valor contábil dos não controladores	Resultado dos não controladores
Controladas:						
Transminas	29,98	47.254	17.937	29,98	37.845	10.827
EATE	49,98	578.693	259.408	49,98	490.162	170.077
ENTE	49,99	274.708	92.883	49,99	271.193	104.789
ECTE	49,98	103.402	41.820	49,98	106.007	24.049
ERTE	21,95	35.399	152	21,95	35.248	9.358
ETEP	49,98	124.873	32.945	49,98	145.654	37.361
STN	49,00	259.043	66.363	49,00	221.613	37.463
EBTE	49,00	170.267	37.212	49,00	138.177	16.909
EDTE	49,90	105.815	46.495	49,90	72.279	51.603
Lumitrans	5,00	5.457	1.431	5,00	5.303	1.296
Ijuí	13,34	44.791	1.566	13,34	43.887	2.962
Foz	30,17	75.522	8.084	30,17	69.358	8.151
Lavrinhas	39,00	62.115	(603)	39,00	63.419	7.002
Queluz	31,17	56.962	(581)	31,17	58.079	5.872
ETEM	37,21	35.662	3.093	37,21	33.095	(2.934)
GET	49,00	(526)	-	49,00	(526)	-
Risaralda	0,03	8	1	0,03	6	1
Verde 08	15,00	14.965	(314)	15,00	15.243	(943)
La Virgen	10,26	49.635	85	10,26	44.168	(1.230)
TPE	49,00	356.781	185.587	49,00	109.627	119.759
TCC	49,00	166.175	68.254	49,00	77.289	84.660
TSM	49,00	82.998	53.614	49,00	26.866	10.607
Apaete	63,04	107.228	29.641	74,50	112.231	8.937
AETE	13,25	14.087	6.989	13,25	31.276	1.068
Transleste	49,00	41.558	16.550	49,00	32.545	13.195
Transudeste	49,00	34.151	16.079	49,00	25.792	11.166
Transirapé	49,00	91.418	38.839	49,00	65.077	17.967
TME	40,00	90.212	12.135	40,00	130.607	3.710
ETB	49,00	165.911	77.752	49,00	76.356	(2.569)
		3.194.564	1.113.417		2.537.876	751.113

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os acionistas não controladores aumentaram capital no montante de R\$101.381 nas controladas Apaete, ETB e TPE. E no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os acionistas não controladores aumentaram capital no montante de R\$110.486 nas controladas APAETE e TSM.

Houve também a distribuição de dividendos aos acionistas não controladores na importância total de R\$592.430 e a transferência de dividendos mínimos obrigatórios no valor total de R\$65.179 das controladas TCC, TPE, TSM e ETB para a conta de reserva de lucros a realizar, tendo em vista a gestão de caixa pelo estágio de construção destas investidas.

12. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

Consolidado							
Taxa média anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	31/12/2020
Em serviço							
Custo histórico							
Terrenos	88.062	-	-	-	989	(20)	89.031
Reservatórios, barragens e adutoras	1.577.606	9	-	6.395	-	-	1.584.010
Edificações, obras cíveis e benfeitorias	478.998	410	-	50.810	30.958	(34)	561.142
Máquinas e equipamentos	1.858.764	1.495	(87)	17.859	11.630	79	1.889.740
Veículos	3.225	173	(502)	-	297	(178)	3.015
Móveis e utensílios	7.843	518	(1.217)	43	573	21	7.781
Direito de uso sobre arrendamentos	34.327	5.530	(1.708)	-	312	397	38.858
Total	4.048.825	8.135	(3.514)	75.107	44.759	265	4.173.577
Depreciação							
Reservatórios, barragens e adutoras	9,82%	(205.046)	(37.395)	-	-	(1)	(242.442)
Edificações, obras cíveis e benfeitorias	21,22%	(60.688)	(23.605)	286	-	753	(84.643)
Máquinas e equipamentos	14,31%	(304.901)	(63.218)	14	-	(884)	(370.402)
Veículos	34,65%	(1.749)	(249)	462	-	(171)	(1.783)
Móveis e utensílios	39,00%	(4.005)	(673)	1.189	-	(33)	(3.814)
Direito de uso sobre arrendamentos	70,30%	(3.353)	(4.887)	406	-	(1.507)	(9.401)
Total depreciação		(579.742)	(130.027)	2.357	-	(1.843)	(712.485)
Total em serviço		3.469.083	(121.892)	(1.157)	75.107	(1.578)	3.461.092
Em curso		956.943	178.053	(1.707)	(75.097)	156.962	1.211.064
Total imobilizado		4.426.026	56.161	(2.864)	10	198.491	4.672.156

Consolidado								
Taxa média anual de depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	Imobilizado adquirido em combinação de negócios	31/12/2019
Em serviço								
Custo histórico								
Terrenos	87.521	2.066	(1.645)	-	120	-	-	88.062
Reservatórios, barragens e adutoras	1.540.083	68	-	37.455	-	-	-	1.577.606
Edificações, obras cíveis e benfeitorias	466.527	261	-	8.018	3.679	281	232	478.998
Máquinas e equipamentos	1.761.123	14.163	(22)	82.152	1.342	5	1	1.858.764
Veículos	3.195	15	(49)	-	39	-	25	3.225
Móveis e utensílios	7.312	447	(33)	48	59	-	10	7.843
Direito de uso sobre arrendamentos	-	34.327	-	-	-	-	-	34.327
Total	3.865.761	51.347	(1.749)	127.673	5.239	286	268	4.048.825
Depreciação								
Reservatórios, barragens e adutoras	2,04%	(170.895)	(34.151)	-	-	-	-	(205.046)
Edificações, obras cíveis e benfeitorias	2,19%	(49.733)	(10.850)	-	-	(105)	-	(60.688)
Máquinas e equipamentos	3,10%	(246.353)	(58.474)	39	-	(111)	(2)	(304.901)
Veículos	11,74%	(1.477)	(175)	-	-	(5)	(92)	(1.749)
Móveis e utensílios	11,07%	(3.274)	(593)	30	-	(33)	(135)	(4.005)
Direito de uso sobre arrendamentos		-	(3.353)	-	-	-	-	(3.353)
Total depreciação		(471.732)	(107.596)	69	-	(254)	(229)	(579.742)
Total em serviço		3.394.029	(56.249)	(1.680)	127.673	4.985	57	3.469.083
Em curso								
	889.453	163.923	(1.081)	(127.673)	32.321	-	-	956.943
Total imobilizado	4.283.482	107.674	(2.761)	-	37.306	57	268	4.426.026

- a) O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas La Virgen (R\$951.306), TCE (R\$189.660), Foz (R\$32.264), EDVs (R\$12.271), Água Limpa (R\$7.845), Ijuí (R\$4.269) e Ferreira Gomes (R\$3.885).

b) Capitalização de encargos

As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2020 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$23.892 (R\$6.288 em 31 de dezembro de 2019). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 19 e 20.

c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo.

13. Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Controladora				
Taxa média anual de amortização	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
	813	177	-	990
	8.156	-	-	8.156
	8.969	177	-	9.146
20,00%	(676)	(55)	-	(731)
3,33%	(2.743)	(361)	-	(3.104)
	(3.419)	(416)	-	(3.835)
	66.144	1.122	(18.283)	48.983
	71.694	883	(18.283)	54.294

Controladora					
Taxa média anual de amortização	31/12/2018	Adições	Baixas	Outros	31/12/2019
	813	-	-	-	813
	14.838	-	-	(6.682)	8.156
	15.651	-	-	(6.682)	8.969
20,00%	(629)	(47)	-	-	(676)
3,33%	(2.383)	(360)	-	-	(2.743)
	(3.012)	(407)	-	-	(3.419)
	66.792	1	(649)	-	66.144
	79.431	(406)	(649)	(6.682)	71.694

Consolidado						
Taxa média anual de amortização	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e (perda) na conversão de balanços	31/12/2020

Custo

Outros intangíveis de concessão	39.531	29.424	(2.934)	6.919	7.209	80.149
Uso do bem público	16.348	-	-	260	-	16.608
Direito de exploração	88.081	-	(9)	-	-	88.072
	143.960	29.424	(2.943)	7.179	7.209	184.829

Amortização

Outros intangíveis de concessão	6,39%	(13.692)	(617)	2.933	-	(400)	(11.776)
Uso do bem público	13,42%	(4.362)	(523)	-	-	-	(4.885)
Direito de exploração	19,83%	(15.774)	(4.075)	-	-	-	(19.849)
		(33.828)	(5.215)	2.933	-	(400)	(36.510)

Projetos em desenvolvimento

	74.040	1.214	(18.283)	(7.189)	(99)	49.681
Total intangível	184.172	25.423	(18.293)	(10)	6.710	198.000

Consolidado							
Taxa média anual de amortização	31/12/2018	Adições	Baixas	Ganho e perda na tradução de balanços	Intangível adquirido em combinação de negócios	Outros	31/12/2019

Custo

Outros intangíveis de concessão	24.512	15.497	(709)	232	-	(1)	39.531
Uso do bem público	16.348	-	-	-	-	-	16.348
Direito de exploração	66.373	-	(19)	-	21.727	-	88.081
	107.233	15.497	(728)	232	21.727	(1)	143.960

Amortização

Outros intangíveis de concessão	25,86%	(12.683)	(1.749)	709	(58)	-	89	(13.692)
Uso do bem público	3,18%	(3.839)	(523)	-	-	-	-	(4.362)
Direito de exploração	3,60%	(13.668)	(2.106)	-	-	-	-	(15.774)
		(30.190)	(4.378)	709	(58)	-	89	(33.828)

Projeto em desenvolvimento

	71.168	3.518	(648)	-	-	2	74.040
Total intangível	148.211	14.637	(667)	174	21.727	90	184.172

a) Intangível direito de exploração decorrente da concessão e autorização

Os direitos de exploração de concessão/autorização gerados na aquisição de ações estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	Taxa média anual de amortização	Prazo da outorga		Controladora		Consolidado	
		Início	Fim	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo							
Queluz	4,58%	06/04/04	06/04/34	2.665	2.665	2.665	2.665
Lavrinhas	4,55%	06/04/04	06/04/34	5.245	5.245	5.245	5.245
ETB	3,69%	29/09/16	29/09/46	-	-	28.400	28.400
La Virgen	-	-	-	-	-	6.164	6.164
EDV I (**)	3,33%	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	3.006
EDV II (**)	3,33%	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	1.847
EDV III (**)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	2.714
EDV IV (**)	3,33%	24/07/12	24/07/47	-	-	3.933	3.933
EDV X (**)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	2.420
STC (*)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans (*)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Transleste (*)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Transudeste (*)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Transirapé (*)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
EDTE (***)	2,87%	01/12/16	01/12/46	-	-	1.752	1.752
Outros	-	-	-	246	246	246	255
				8.156	8.156	88.072	88.081
Amortização							
Queluz				(1.211)	(971)	(1.211)	(971)
Lavrinhas				(1.893)	(1.772)	(1.893)	(1.772)
ETB				-	-	(1.973)	-
EDV I (**)				-	-	(456)	(360)
EDV II (**)				-	-	(276)	(217)
EDV III (**)				-	-	(434)	(348)
EDV IV (**)				-	-	(595)	(470)
EDV X (**)				-	-	(366)	(289)
STC (*)				-	-	(3.796)	(3.486)
Lumitrans (*)				-	-	(4.903)	(4.503)
Transleste (*)				-	-	(1.344)	(1.157)
Transudeste (*)				-	-	(965)	(830)
Transirapé (*)				-	-	(1.469)	(1.264)
EDTE (***)				-	-	(168)	(107)
				(3.104)	(2.743)	(19.849)	(15.774)
Total líquido				5.052	5.413	68.223	72.307

(*) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada EATE. (**) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada Windepar. (***) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada ENTE.

b) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

c) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

d) Análise de impairment

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso do serviço de transmissão	-	-	2.649	2.414
Suprimento de energia elétrica (a)	8.495	10.571	171.958	147.059
Materiais e serviços	8.671	31.175	210.520	251.897
Partes relacionadas	9.576	36.120	-	-
Total	26.742	77.866	385.127	401.370

O saldo de fornecedores de Encargos de uso do sistema de transmissão, Materiais e serviços e Suprimento de energia elétrica, com exceção do item (a), possuem em média três meses para serem pagos, em 2020 e 2019.

- (a) Do montante em aberto em 31 de dezembro de 2020, R\$162.711 (R\$108.381 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a valores a pagar atualizados relacionados ao fornecedor GSF (Generation Scaling Factor), do período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018, cujo pagamento está suspenso em função de liminar obtida junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A atualização sobre esse assunto encontra-se na nota explicativa nº 35.

15. Provisões para compensações ambientais

As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e também realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

Movimentação da provisão para compensações ambientais	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	20.672	24.134
Realização	(668)	(4.364)
Baixas	(1.199)	(20)
Adições	12.513	201
Atualização	1.615	721
Saldo final	32.933	20.672
Circulante	13.720	19.938
Não circulante	19.213	734

16. Provisões de constituição dos ativos

As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

Movimentação da provisão para constituição de ativos	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	80.271	86.019
Realização	(65.345)	(72.145)
Baixas	(11.055)	(3.225)
Adições	186.314	69.622
Saldo final	190.185	80.271
Circulante	180.958	73.594
Não circulante	9.227	6.677

17. Encargos regulatórios

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	3.666	2.884
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	4.832	3.407
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	860	1.078
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	47.915	51.244
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.008	940
Ministério de Minas e Energia - MME	500	520
	58.781	60.073

18. Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de Fiscalização ANEEL (TFSEE) e Reserva Global de Reversão (RGR) diferidos	194.158	180.947
PIS e COFINS diferidos	1.061.684	658.180
	1.255.842	839.127
Circulante	100.012	63.105
Não circulante	1.155.830	776.022

19. Empréstimos e financiamentos

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos contratados, as principais características e o saldo de empréstimos e financiamentos das controladas é composto da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2020				31/12/2019
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional - Reais												
Operacionais												
BNDES - A- nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	-	53	17.734	17.787	21.463
BNDES - B- nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	-	3	868	871	698
BNDES - A- nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	27.446	TJLP	2,02	Mensal	-	88	25.667	25.755	29.003
BNDES (FINAME) - B- nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	34.254	-	3,50	Mensal	-	20	12.945	12.965	17.408
BNDES - A- nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	-	495	166.798	167.293	169.068
BNDES - B- nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	-	196	66.016	66.212	66.917
BNDES - C- nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	-	22	7.450	7.472	7.551
BNDES - D- nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	(2.465)	54	49.410	46.999	71.483
BNDES - E- nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	-	4	1.977	1.981	2.024
BNDES - nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	-	328	109.073	109.401	113.594
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	-	332	100.139	100.471	103.438
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	-	116	41.340	41.456	51.033
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	-	16	5.614	5.630	6.932
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	-	111	39.557	39.668	49.394
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	-	25	8.664	8.689	10.818
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	(63)	144	53.127	53.208	52.744
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	24	14.916	14.940	11.351
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	(40)	87	29.934	29.981	29.773
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	8	8.570	8.578	4.810
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	(46)	124	45.758	45.836	45.509
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	17	10.614	10.631	9.024
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	(54)	190	70.202	70.338	69.822
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	19	11.749	11.768	7.804
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	(52)	104	38.368	38.420	38.162
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	21	13.165	13.186	11.158
BNB - s nº A400000101001 e 1002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	-	-	-	-	76.856
BDMG (FINAME) - nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	-	-	-	-	77
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	-	12	7.346	7.358	9.742
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	-	159	3.718	3.877	4.317
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	-	6,00	Mensal	-	170	2.891	3.061	2.047
BDMG - nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	-	48	947	995	3.166
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	-	54	10.255	10.309	12.783
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	-	236	2.894	3.130	3.951
Banco do Brasil - FCO - nº 20/00474-5	TME	fev/11	fev/29	80.000	-	10,00	Mensal	-	-	-	-	56.854
BNDES-Contrato nº 20/00487-7	TME	fev/12	mai/26	87.300	TJLP	3,60	Mensal	-	-	-	-	41.418
Santander - CCB	TME	mai/20	mai/22	200.000	CDI	3,30	Único no final	(557)	6.482	200.000	205.925	-
Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	CDI	2,90	Mensal	(678)	346	91.835	91.503	-
Santander - CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	CDI	2,90	Mensal	(616)	308	81.631	81.323	-
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	CDI	2,90	Mensal	(753)	385	102.039	101.671	-
Itaú Unibanco S.A.	ETES	set/20	set/23	10.000	CDI	2,68	Semestral	-	119	10.000	10.119	-
Subtotal								(5.324)	10.920	1.463.211	1.468.807	1.212.192
Circulante								(1.421)	4.319	144.422	147.320	256.716
Não circulante								(3.903)	6.601	1.318.789	1.321.487	955.476

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2020				31/12/2019
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda estrangeira												
Operacionais												
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	(1.746)	1.221	165.397	164.872	146.892
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	jun/20	jul/20	COP 163.657	-	24,05	Mensal	-	-	177	177	-
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	nov/23	USD 18.000	-	4,15	Trimestral	-	-	93.856	93.856	73.660
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/19	jan/20	USD 2.766	-	4,80	Anual	-	-	-	-	11.158
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	dez/18	dez/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	91.249	91.249	70.587
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	mar/19	mar/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	94.163	94.163	73.984
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Alupar Colômbia	nov/20	nov/23	USD 11.000	-	3,40	Anual	-	223	57.505	57.728	-
Pré - Operacionais												
Itau Coprbanca Colombia Prenda	TCE	jul/17	jul/20	COP 200.000	IBR(**)	4,44	Mensal	-	-	-	-	53
Itau Coprbanca Colombia Leasing	TCE	jul/17	jul/20	COP 330.000	-	10,32	Mensal	-	-	-	-	91
Santander Brasil- Capital de trabajo	TCE	mai/18	abr/21	USD 30.000	Libor (*)	3,70	Anual	(209)	5.739	156.831	162.361	125.042
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 50.000	Libor (*)	Flutuante: até 5 anos 3,9%/após 5,7%; Fixo: até 5 anos 5%/após 10,27%	Semestral	-	-	241.466	241.466	193.743
Banco Deustsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000	Libor (*)	até 5 anos 3,70, após 4,50	Semestral	-	-	144.771	144.771	116.455
Subtotal								(1.955)	7.183	1.045.415	1.050.643	811.665
Circulante								(623)	7.183	209.919	216.479	131.346
Não circulante								(1.332)	-	835.496	834.164	680.319
Total								(7.279)	18.103	2.508.626	2.519.450	2.023.857
Circulante								(2.044)	11.502	354.341	363.798	388.062
Não circulante								(5.235)	6.601	2.154.285	2.155.652	1.635.795

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. (**) Indicador Bancário de Referência (IBR). A taxa do IBR é mensal

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 2019, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2020 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$103.619 (R\$104.963 em 31 de dezembro de 2019) evidenciado na nota explicativa nº 7.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.212.192	1.216.142	811.665	644.339	2.023.857	1.860.481
Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	492.097	44.925	153.312	150.032	645.409	194.957
Provisão de encargos	86.232	87.368	56.452	62.286	142.684	149.654
Variação monetária e cambial	1.494	2.776	68.331	(5.283)	69.825	(2.507)
Ganho e perda na conversão	-	-	165.703	30.177	165.703	30.177
Amortização do principal	(274.919)	(152.253)	(133.135)	(28.947)	(408.054)	(181.200)
Amortização do encargos	(48.289)	(87.155)	(71.685)	(40.939)	(119.974)	(128.094)
Empréstimo adquirido em combinação de negócios	-	100.389	-	-	-	100.389
Saldo final	1.468.807	1.212.192	1.050.643	811.665	2.519.450	2.023.857

Durante o exercício de 2020, foram contratados empréstimos juntos aos Bancos Itaú e Santander através de Cédulas de Crédito Bancário no montante de R\$478.535 pelas controladas TME, ECTE, ENTE, ETEP e ETES. As EDVs obtiveram novas liberações por parte do BNDES, do financiamento obtido pelas elas em dezembro de 2019, no montante de R\$ 13.562. E por fim a controlada Alupar Colômbia contratou empréstimo junto ao Banco Itaú no valor de 11.000 mil dólares.

Saldo a amortizar dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2020							
	Consolidado							
	R\$							
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Moeda estrangeira								
Dólar norte-americano	202.675	117.682	181.515	127.377	29.504	29.504	197.546	885.803
Pesos colombianos	14.427	16.134	19.085	21.931	95.218	-	-	166.795
(-) Custos a amortizar	(623)	(402)	(377)	(310)	(243)	-	-	(1.955)
	216.479	133.414	200.223	148.998	124.479	29.504	197.546	1.050.643
Moeda nacional								
CDI	5.024	216.565	66.438	107.625	97.493	-	-	493.145
TJLP	103.162	101.458	102.523	103.673	86.830	81.194	256.756	835.596
Taxa fixa	35.747	35.209	10.181	3.859	1.111	180	-	86.287
IPCA	4.808	5.018	5.198	5.378	5.567	5.761	27.373	59.103
(-) Custos a amortizar	(1.421)	(978)	(762)	(579)	(319)	(240)	(1.025)	(5.324)
	147.320	357.272	183.578	219.956	190.682	86.895	283.104	1.468.807
	363.799	490.686	383.801	368.954	315.161	116.399	480.650	2.519.450

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2019							
	Consolidado							
	R\$							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Moeda estrangeira								
Dólar norte-americano	116.510	210.268	90.858	25.168	25.755	22.648	173.566	664.773
Pesos colombianos	14.836	10.286	12.655	15.033	17.448	17.448	59.186	146.892
	131.346	220.554	103.513	40.201	43.203	40.096	232.752	811.665
Moeda nacional								
TJLP	248.092	142.793	139.099	141.092	132.685	104.547	271.117	1.179.425
Taxa fixa	9.391	8.154	7.647	7.307	3.183	585	-	36.267
(-) Custos a amortizar	(767)	(305)	(258)	(258)	(258)	(258)	(1.396)	(3.500)
	256.716	150.642	146.488	148.141	135.610	104.874	269.721	1.212.192
	388.062	371.196	250.001	188.342	178.813	144.970	502.473	2.023.857

20. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostas da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Consolidado							Controladora					Consolidado				
		Condições contratadas das debêntures							31/12/2020				31/12/2019	31/12/2020				31/12/2019
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos										
Operacionais																		
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral	(429)	2.449	163.455	165.475	315.788	(429)	2.449	163.455	165.475	315.788
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	CDI	1,40	Único no final	Semestral	(1.613)	4.479	648.500	651.366	648.842	(1.613)	4.479	648.500	651.366	648.842
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(4.179)	235	73.183	69.239	68.216
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.260
5ª Emissão - II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(25)	80	54.000	54.055	54.149
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(73)	6	26.727	26.660	41.901
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(149)	12	46.364	46.227	64.712
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(558)	2.571	270.000	272.013	276.019
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.007
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(107)	13	54.311	54.217	74.861
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jun/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(181)	476	50.000	50.295	51.022
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.078
3ª Emissão - II	ENTE	set/16	set/21	12.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.022
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(189)	476	50.000	50.287	51.012
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.263
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(92)	7	27.551	27.466	38.451
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(9.235)	819	298.834	290.418	290.621
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.953
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(41)	4	17.027	16.990	26.635
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.916
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(56)	6	25.200	25.150	29.875
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(51)	5	21.429	21.383	33.495
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(185)	14	55.002	54.831	76.755
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(122)	5	20.001	19.884	27.847
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(669)	256	41.300	40.887	41.059
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	-	(2.308)	5.932	121.464	125.088	119.281
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(102)	5	19.001	18.904	26.473
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(2.155)	4.170	153.162	155.177	148.185
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(493)	193	30.700	30.400	30.534
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	-	(1.700)	4.412	90.330	93.042	88.667
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(8.793)	27.093	315.000	333.300	317.832
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(19.493)	74.866	715.000	770.373	734.831
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	CDI	2,70	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(1.277)	1.296	130.000	130.019	-
Pré - Operacionais																		
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(19.198)	72.491	680.000	733.293	698.938
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(30.142)	114.067	1.070.000	1.153.925	1.099.875
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(32.610)	49.259	530.000	546.649	497.458
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(24.577)	38.570	415.000	428.993	390.465
TOTAL									(2.042)	6.928	811.955	816.841	964.630	(160.802)	404.267	6.212.541	6.456.006	6.490.298
Circulante									(795)	6.928	163.455	169.588	161.714	(16.791)	73.048	403.564	459.821	479.525
Não circulante									(1.247)	-	648.500	647.253	802.916	(144.011)	331.219	5.808.977	5.996.185	6.010.773

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures.

Para as debêntures emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices:

- Controladora - Dívida Líquida / (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) e (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) / Despesa Financeira Líquida; e
- Consolidado - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores).

Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debentures.

Em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	964.630	679.990	6.490.298	4.542.789
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	-	646.576	128.394	1.901.535
Provisão de encargos	25.776	46.322	523.901	399.688
Variação monetária	26.807	29.347	46.038	54.019
Amortização do principal	(158.605)	(385.703)	(433.377)	(848.705)
Amortização do encargos	(41.767)	(51.902)	(299.248)	(284.073)
Debêntures adquirida em combinação de negócios	-	-	-	725.045
Saldo final	816.841	964.630	6.456.006	6.490.298

Durante o exercício de 2020, ocorreram as liquidações da 1ª emissão de debêntures simples da STN e Transleste, no montante de R\$27.701; da 2ª emissão de debêntures simples da ENTE e ETEP, no montante de R\$55.939; da 3ª emissão de debêntures simples da ECTE e da segunda série da ENTE, no montante de R\$14.000; da 4ª emissão de debêntures simples da EATE, no montante de R\$28.058; e da 6ª emissão de debêntures simples da Alupar no montante de R\$158.605. Adicionalmente, ocorreu a captação da 1ª emissão de debêntures da AETE no montante de R\$130.000.

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2020							
	Controladora							
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
CDI	4.479	-	-	324.250	324.250	-	-	652.979
IPCA	165.904	-	-	-	-	-	-	165.904
(-) Custos a amortizar	(795)	(337)	(337)	(337)	(236)	-	-	(2.042)
	169.588	(337)	(337)	323.913	324.014	-	-	816.841

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2019							
	Controladora							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
CDI	-	-	-	-	324.250	324.250	-	648.500
IPCA	163.296	156.371	-	-	-	-	-	319.667
(-) Custos a amortizar	(1.582)	(735)	(325)	(325)	(325)	(245)	-	(3.537)
	161.714	155.636	(325)	(325)	323.925	324.005	-	964.630

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2020							
	Consolidado							
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
CDI	226.490	139.579	116.313	656.600	388.550	69.485	-	1.597.017
IPCA	250.120	67.301	206.928	479.071	508.923	484.795	3.022.653	5.019.791
(-) Custos a amortizar	(16.789)	(17.139)	(16.881)	(16.384)	(15.570)	(15.663)	(62.376)	(160.802)
	459.821	189.741	306.360	1.119.287	881.903	538.617	2.960.277	6.456.006

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2019							
	Consolidado							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
CDI	255.228	203.840	141.177	105.589	644.250	324.250	50.000	1.724.334
IPCA	240.487	184.921	33.562	133.196	410.913	476.368	3.463.676	4.943.123
(-) Custos a amortizar	(16.190)	(17.474)	(16.925)	(16.530)	(16.045)	(15.270)	(78.725)	(177.159)
	479.525	371.287	157.814	222.255	1.039.118	785.348	3.434.951	6.490.298

21. Provisões para contingências

- a) A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

Controladora				Consolidado			
Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
Provisões		Depósitos judiciais		Provisões		Depósitos judiciais	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019

Processos judiciais

Tributário	-	-	-	-	1.477	1	3.953	3.951
Cível	6	-	5	10	8.537	6.122	8.461	8.838
Fundiário	-	-	-	-	-	-	718	78
Trabalhista	5.108	5.933	773	668	8.448	9.044	2.558	2.455

Processos administrativos

Regulatório (ANEEL)	-	-	-	-	-	-	27	27
	5.114	5.933	778	678	18.462	15.167	15.717	15.349
Circulante	-	-	-	-	2.712	323	384	384
Não circulante	5.114	5.933	778	678	15.750	14.844	15.333	14.965

- b) Movimentação da provisão para contingências:

Controladora			
31/12/2019	Ingressos	Reversão	31/12/2020

Processos judiciais

Cível	-	6	-	6
Trabalhista	5.933	764	(1.589)	5.108
	5.933	770	(1.589)	5.114

Controladora				
31/12/2018	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2019

Processos judiciais

Tributário	2.500	853	57	(3.410)	-
Cível	22	3	-	(25)	-
Trabalhista	2.414	3.519	-	-	5.933
	4.936	4.375	57	(3.435)	5.933

Consolidado			
31/12/2019	Ingressos	Reversão	31/12/2020

Processos judiciais

Tributário	1	1.476	-	1.477
Cível	6.122	2.515	(100)	8.537
Trabalhista	9.044	1.661	(2.732)	8.448
	15.167	5.652	(2.832)	18.462

Consolidado						
31/12/2018	Ingressos	Atualizações	Reversão	Contingências adquiridas em combinação de negócios	Pagamentos	31/12/2019

Processos judiciais

Tributário	3.450	853	57	(3.410)	1	(950)	1
Cível	1.554	378	-	(25)	4.348	(133)	6.122
Trabalhista	6.124	6.202	-	(3.152)	24	(154)	9.044
	11.128	7.433	57	(6.587)	4.373	(1.237)	15.167

Em 31 de dezembro de 2020, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes assuntos:

Tributário

As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes a retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão.

Cível

As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de serviços adicionais, originários de contratos de empreitada total, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico financeiro dos contratos firmados.

Trabalhista

A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade e etc. relacionados a ex-colaboradores.

c) Contingências passivas – risco de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Em 31 de dezembro de 2020, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
<u>Processos judiciais</u>				
Tributário	50	60.060	46	51.359
Cível e Ambiental	42	187.401	46	114.164
Trabalhista	147	13.266	62	15.665
Regulatório	10	49	8	29
	249	260.776	162	181.217

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas jurídicas com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$10.000 para as demandas vinculadas à Companhia e R\$5.000 para as demandas vinculadas às suas controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Resumo dos principais processos com risco de perda possível:

i) Tributário:

- Execução Fiscal nº 08094733820178230010 - em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Boa Vista – RR, visando a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS referente ao período de 06/2014 a 11/2014 (Convênio CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013). O valor em risco aproximado é de R\$17.568 (R\$17.177 em 31 de dezembro de 2019); e
- Processo Administrativo nº 10480729854201815 - em face da controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de lançamento de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas financeiras com o pagamento de juros relativos às debêntures emitidas. O valor em risco aproximado é de R\$15.960 (R\$15.586 em 31 de dezembro de 2019).

ii) Ambiental e Cível:

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$30.000 (R\$30.000 em 31 de dezembro de 2019);

A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2), no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Auto de Infração Ambiental nº 013596-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente. O valor em risco aproximado é de R\$20.000 (R\$20.000 em 31 de dezembro de 2019);

A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 1), no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Ação de Cobrança nº 00316184620178160001 - proposta pela Construtora Triunfo S.A. em face da controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer a condenação referente à multa por rescisão contratual e lucros cessantes. O valor em risco aproximado é de R\$16.674 (R\$13.390 em 31 de dezembro de 2019);
- Ação de Execução nº 00002067420198030006 - proposta pelo Ministério Público Estadual em face da controlada Ferreira Gomes, por suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g' do TAC homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006. O valor em risco aproximado é de R\$9.018 (R\$8.653 em 31 de dezembro de 2019);
- Auto de Infração Ambiental nº 016154 - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$7.000 (R\$7.000 em 31 de dezembro de 2019);
- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 - proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 - proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer indenizações em decorrência de supostos danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Com a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) o processo foi suspenso, sendo que a movimentação decorre apenas da juntada dos documentos comprobatórios de cumprimento. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00184082320134013200 - proposta pelo Ministério Público Federal em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$1.211 (R\$1.211 em 31 de dezembro de 2019);
- Ação Civil Pública nº 00013863320168030006 - proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados à evento. A presente ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautela Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo MP. A ação cautelar está em fase de recurso de apelação. Em decorrência do evento, o MPE proveu uma Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de resposta à acusação. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00180326620154013200 - proposta pelo Ministério Público Federal em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$0.100 (R\$0.100 em 31 de dezembro de 2019); e
- Procedimento de Tutela Cautelar em Caráter Antecedente nº 10398954420208260100 – proposto pela Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda. em face da controlada ETB, visando a concessão de tutela cautelar para suspender a execução das Cartas de Fiança Bancária apresentadas à ETB, como garantia do fiel cumprimento do Contrato de Fornecimento e Empreitada a Prazo Determinado nº ETB_JU_COM_0021-18. Após a emenda da inicial, a Grid Solutions busca a extensão dos efeitos da liminar até o julgamento do mérito da demanda, incluindo a da condenação da ETB no pagamento de multas contratuais e demais pleitos contratuais. O valor em risco aproximado é de R\$23.640.

iii) Regulatória – Ação Ativa – CNPE nº 03:

- Ações Ordinárias com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400 e nº 0003995-79.2016.4.01.3400 – propostas pela Companhia e pelas controladas Ferreira Gomes Energia S.A., ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente a Companhia e suas controladas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia e suas controladas, caso a liminar não seja mantida, é o montante aproximado de R\$5.270 (R\$6.540 em 31 de dezembro de 2019).

iv) Arbitragem:

- Procedimento Arbitral nº 32/2020/SEC7: instaurado pela ICSK Brasil Construção Ltda. em face da ETB, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil - Canadá. Trata-se de procedimento arbitral instaurado para dirimir controvérsia decorrente do Contrato de Empreitada a Preço Unitário e Prazo Determinado nº ETB_JU_COM_0015-18. O valor em risco aproximado é de R\$39.256 (R\$ 38.200 em 31 de dezembro de 2019); e
- Procedimento Arbitral nº CMA 652-20-JCA: instaurado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções S.A. em face da controlada ETC, perante o Centro de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. Trata-se de procedimento arbitral instaurado para dirimir controvérsia decorrente do Contrato de Empreitada a Preço Unitário e Prazo Determinado nº ETC_JU_COM_0023-18. O valor em risco aproximado é de R\$10.687 (R\$ 10.400 em 31 de dezembro de 2019).

As demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota, cujo entendimento da Administração, são importantes para os negócios da Companhia e suas controladas, está descrito abaixo:

(i) Arbitragem:

- Processo 10.2020 e Processo 11.2020: as controladas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. celebraram contratos de fornecimento de energia distintos, por meio dos quais estas deveriam fornecer, certas quantidades de energia por mês. Tais contratos foram cedidos parcialmente a terceiros, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Lavrinhas e Queluz ingressaram com ações de execução contra as empresas cedentes e as cessionárias, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais. Tendo vista que os contratos de fornecimento de energia possuíam cláusula arbitral, as cedentes, para poder apresentar seus embargos de devedor, instauraram procedimentos arbitrais, requerendo o reequilíbrio dos contratos ou as suas resoluções para todos os fins. Neste sentido, embora a Lavrinhas e Queluz figurem no polo passivo destas arbitragens, elas também são as credoras dos contratos de fornecimento de energia, sendo certo que a chance de perda destas arbitragens é apontada por nossos advogados como remota. Não há valor em risco calculável nesse estágio do processo.

22. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de R\$1.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era no valor total de R\$2.981.996, e estava representado por 596.955.970 ações ordinárias e 282.155.299 ações preferenciais, conforme segue abaixo:

31/12/2020 e 31/12/2019			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
445.995.367	74,71	5.471.128	1,94
35.162.754	5,89	70.325.508	24,92
115.797.849	19,40	206.358.663	73,14
596.955.970	100,00	282.155.299	100,00

c) Reserva de lucros

c.1) Reserva legal: de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c.2) Reserva de investimentos: os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c.3) Reserva de lucros a realizar: refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório (50%), que excedeu a parcela realizada do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

d) Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

Controladora	
31/12/2020	31/12/2019
86.821	86.821
(3.915)	(3.915)
4.643	612
(4.747)	(4.747)
(3.000)	(3.000)
(31.987)	(31.987)
(27.823)	(28.857)
19.992	14.927
466	466
57	57
523	523
20.515	15.450

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações contábeis das controladas domiciliadas no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	38.526	24.228	38.526	24.228
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior				
Controladas:				
La Virgen	6.720	894	6.422	894
Risaralda	11	3	11	3
Alupar Peru	26.179	12.207	26.179	12.207
Alupar Colombia	14.017	1.194	14.017	1.194
Saldo no fim do exercício	85.453	38.526	85.155	38.526

f) Destinação do resultado

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o seu item II possibilita que o valor do dividendo mínimo obrigatório a ser pago seja limitado ao valor do lucro líquido que tiver sido realizado, sendo a diferença não paga registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei). Para o exercício de 2020, a Administração da Companhia apurou que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (parcialmente não realizado), desta forma, constituiu dividendos a pagar considerando o montante de lucro realizado e a diferença dos dividendos a serem pagos, constituiu Reserva de Lucros a Realizar, mesma situação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, durante o exercício de 2020, a Companhia realizou o montante de R\$220.689, destinado à Reserva de Lucros a Realizar no exercício de 2019, mediante o recebimento de dividendos de suas controladas e efetuou a reclassificação deste montante para a rubrica de "Dividendos a Pagar", acrescendo aos dividendos declarados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme determina o artigo 202 item III da Lei nº 6.404/76. O valor do dividendo por ação dessa distribuição é de R\$0,25 e por UNIT R\$0,75.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	942.088	890.284
Constituição da reserva legal (5%)	(47.104)	(44.514)
Saldo	894.984	845.770
Constituição da reserva de lucros a realizar	(422.029)	(220.689)
Dividendos obrigatórios	(25.462)	(202.196)
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	(447.493)	(422.885)
Valor do dividendo por ação	0,03	0,23
Valor do dividendos por UNIT	0,09	0,69

23. Lucro por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Consolidado	
Exercício findo em	
31/12/2020	31/12/2019

Numerador:

Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	942.088	890.284
---	---------	---------

Denominador (em milhares de ações)

Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	596.956	596.956
---	---------	---------

Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	282.155	282.155
--	---------	---------

Lucro por ação

Lucro básico e diluído por ação ordinária (*)	1,07164	1,01271
---	---------	---------

Lucro básico e diluído por ação preferenciais (*)	1,07164	1,01271
---	---------	---------

(*) A Companhia não possui instrumentos dilutivos, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.

24. Receita operacional líquida

Controladora		Consolidado	
Exercício findo em		Exercício findo em	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019

Receita operacional bruta

Sistema de transmissão de energia

Receita de operação e manutenção (nota 9)	-	-	591.201	461.143
---	---	---	---------	---------

Receita de infraestrutura (nota 9)	-	-	3.241.714	3.393.000
------------------------------------	---	---	-----------	-----------

Remuneração financeira do ativo de concessão (nota 9)	-	-	2.266.275	432.406
---	---	---	-----------	---------

	-	-	6.099.190	4.286.549
--	---	---	-----------	-----------

Sistema de geração de energia

Suprimento de energia (Nota 25)	119.853	241.026	645.875	738.175
---------------------------------	---------	---------	---------	---------

Total - Receita operacional bruta	119.853	241.026	6.745.065	5.024.724
--	----------------	----------------	------------------	------------------

Tributos sobre a receita operacional bruta

Programa de Integração Social - PIS	(1.928)	(3.340)	(22.237)	(19.471)
-------------------------------------	---------	---------	----------	----------

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(8.883)	(15.384)	(103.032)	(89.732)
---	---------	----------	-----------	----------

Pis e Cofins - Diferidos	-	-	(403.742)	(271.495)
--------------------------	---	---	-----------	-----------

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	(1.584)	-
---	---	---	---------	---

Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	(387)	(318)
------------------------------	---	---	-------	-------

Imposto sobre o valor agregado - IVA	-	-	-	(699)
--------------------------------------	---	---	---	-------

	(10.811)	(18.724)	(530.982)	(381.715)
--	----------	----------	-----------	-----------

Encargos regulatórios

Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(30.433)	(29.842)
---	---	---	----------	----------

Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(6.584)	(5.967)
----------------------------------	---	---	---------	---------

Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	-	-	(6.525)	(5.761)
--	---	---	---------	---------

Ministério de minas e energia - MME	-	-	(3.264)	(2.883)
-------------------------------------	---	---	---------	---------

Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	(7.639)	(6.569)
--	---	---	---------	---------

TFSEE e RGR Diferido	-	-	(18.893)	112
----------------------	---	---	----------	-----

	-	-	(73.338)	(50.910)
--	---	---	----------	----------

Total - Deduções da receita operacional bruta	(10.811)	(18.724)	(604.320)	(432.625)
--	-----------------	-----------------	------------------	------------------

Total - Receita operacional líquida	109.042	222.302	6.140.745	4.592.099
--	----------------	----------------	------------------	------------------

a) Margens das obrigações de desempenho do segmento de transmissão

A seguir apresentamos as margens do segmento de transmissão de cada obrigação de desempenho:

	Consolidado	
	Exercício findo	
	31/12/2020	31/12/2019
Implementação de infraestrutura		
Receita de infraestrutura	3.241.714	3.393.000
Custo de infraestrutura	(2.194.119)	(1.575.398)
Margem	1.047.595	1.817.602
% Margem percebida	32,32%	53,57%
Operação & Manutenção		
Receita de operação e manutenção	591.201	461.143
Custo de operação e manutenção	(126.439)	(116.696)
Margem	464.762	344.447
% Margem percebida	78,61%	74,69%

25. Suprimento de energia e Energia comprada para revenda

	Controladora						Consolidado					
	Exercício findo em						Exercício findo em					
	31/12/2020			31/12/2019			31/12/2020			31/12/2019		
	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor
Suprimento de energia												
Ambiente livre	-	-	-	-	-	-	483.611	257,73	124.639	825.899	258,51	213.503
Ambiente livre - comercialização	598.008	161,86	96.792	748.370	221,00	165.391	978.754	169,00	165.406	748.370	221,00	165.391
Ambiente livre - partes relacionadas	175.946	76,43	13.447	559.901	89,65	50.194	-	-	-	-	-	-
Ambiente regulado	-	-	-	-	-	-	1.878.897	165,67	311.281	1.886.724	160,09	302.054
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	9.614	-	-	25.441	-	-	44.549	-	-	57.227
Total			119.853			241.026			645.875			738.175
Energia comprada para revenda												
Ambiente livre	(394.294)	208,77	(82.318)	(915.712)	133,02	(121.812)	(850.559)	164,47	(139.888)	(1.151.386)	135,44	(155.946)
Ambiente livre - partes relacionadas	(424.708)	199,81	(84.862)	(572.253)	173,97	(99.554)	-	-	-	-	-	-
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	(2.977)	-	-	(38.728)	-	-	(23.341)	-	-	(90.350)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	17.003	-	-	19.847	-	-	21.457	-	-	14.557
Total			(153.154)			(240.247)			(141.772)			(231.739)

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

26. Custos e despesas

Controladora						
Exercício findo em						
31/12/2020			31/12/2019			
Despesas	Custos dos serviços prestados	Total	Despesas	Custos dos serviços prestados	Total	
Gerais e administrativas			Gerais e administrativas			
Pessoal	(11.411)	(642)	(12.053)	(11.138)	(555)	(11.693)
Honorários da administração	(10.582)	-	(10.582)	(10.678)	-	(10.678)
Material	(122)	-	(122)	(166)	-	(166)
Serviços de terceiros	(12.320)	(314)	(12.634)	(9.296)	(375)	(9.671)
Depreciação e amortização	(2.948)	-	(2.948)	(1.785)	-	(1.785)
Provisões	818	-	818	(3.417)	-	(3.417)
Aluguéis	(287)	-	(287)	(1.110)	-	(1.110)
Seguros	(182)	-	(182)	(74)	-	(74)
Doações, contribuições e subvenções	(802)	(249)	(1.051)	(380)	(247)	(627)
Tributos e taxas	(430)	(60)	(490)	(1.140)	-	(1.140)
Outros	(6)	-	(6)	(76)	-	(76)
Total	(38.272)	(1.265)	(39.537)	(39.260)	(1.177)	(40.437)

Consolidado								
Exercício findo em								
31/12/2020				31/12/2019				
Custos do serviço		Despesas	Total	Custos do serviço		Despesas	Total	
Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas		Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas		
Pessoal	(60.817)	(57.037)	(117.854)	(43.372)	(41.382)	(36.601)	(121.355)	
Honorários da administração	-	-	(25.155)	-	-	(24.065)	(24.065)	
Material	(43.036)	(646.774)	(689.810)	(40.910)	(633.767)	(801)	(675.478)	
Serviços de terceiros	(52.756)	(1.080.328)	(1.133.084)	(66.229)	(701.924)	(36.126)	(804.279)	
Depreciação e amortização	(127.828)	-	(127.828)	(106.125)	-	(6.849)	(112.974)	
Provisões	(3.268)	(38.264)	(41.532)	(1.742)	-	(3.436)	(5.178)	
Aluguéis	(4.075)	(624)	(4.700)	(1.940)	(473)	(2.013)	(4.426)	
Seguros	(14.610)	(1.583)	(16.193)	(12.952)	(1.337)	(579)	(14.868)	
Doações, contribuições e subvenções	(974)	-	(974)	(890)	-	(6.669)	(7.559)	
Tributos e taxas	(2.809)	(40.619)	(43.428)	(1.543)	(36.166)	(1.761)	(39.470)	
Outros	(2.101)	(339.044)	(341.145)	(1.458)	(160.349)	(11.715)	(173.522)	
Total	(312.274)	(2.204.273)	(2.516.547)	(277.161)	(1.575.398)	(130.615)	(1.983.174)	

O valor de "Outros" em Custo de infraestrutura refere-se a basicamente custo de dívida considerado como custo de infraestrutura, gastos com faixas de servidão e outros gastos.

27. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	20.471	38.447	42.164	78.536
Atualização monetária	785	1.861	5.227	4.298
Outras	2.662	3.953	3.923	4.295
Total	23.918	44.261	51.314	87.129
Despesas Financeiras				
Encargos sobre dívida	(52.655)	(75.669)	(387.289)	(326.869)
Ganho (perda) na variação cambial	43	6	(59.015)	10.940
Atualização monetária	-	(57)	(52.923)	(12.735)
Juros sobre arrendamentos	(176)	(195)	(5.142)	(4.734)
Despesas bancárias	(848)	(5.925)	(3.550)	(8.893)
Outras	(581)	(303)	(5.134)	(7.344)
Total	(54.217)	(82.143)	(513.053)	(349.635)
Total Líquido	(30.299)	(37.882)	(461.739)	(262.506)

28. Imposto de renda e contribuição social

- a) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social corrente registrados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	25.596	37.648	68.237	78.441
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	1.423	1.928
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	436	437	15.211	20.067
Total de Imposto de renda e contribuição social compensáveis	26.032	38.085	84.871	100.436
Circulante	26.032	38.085	81.684	97.249
Não circulante	-	-	3.187	3.187

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	22.594	27.188
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	41.048	33.445
Total de Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	63.642	60.633

b) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados no balanço patrimonial:

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda diferido - ativo	4.243	4.057
Contribuição social diferida - ativo	2.445	2.951
Total Ativo	6.688	7.008
Imposto de renda diferido - passivo	(1.349.057)	(840.683)
Contribuição social diferida - passivo	(576.767)	(388.816)
Total Passivo	(1.925.824)	(1.229.499)

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE, TME e ETVG. As empresas EBTE, FOZ, FGE, ELTE e Verde 8 possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal.

Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

	Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal e base negativa	6.688	7.008	1.240	1.116
Contrato de concessão	(1.923.319)	(1.228.517)	(695.924)	(451.335)
Diferimento de receita para órgãos públicos	(2.505)	(982)	(2.505)	1.556
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.919.136)	(1.222.491)	(697.189)	(448.663)

Créditos fiscais a compensar

Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo nas demonstrações contábeis e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido.

Em 31 de dezembro de 2020, a Alupar acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Créditos fiscais não reconhecidos

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal	622.594	515.341
Base negativa de contribuição social	645.998	535.050

- c) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

Consolidado	
Exercício findo em	
31/12/2020	31/12/2019

a) Composição dos tributos no resultado:

Imposto de renda e contribuição social correntes	(104.121)	(92.207)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(697.189)	(448.663)
Total	(801.310)	(540.870)

b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:

Resultado antes dos tributos	2.856.815	2.182.267
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(971.317)	(741.971)

Conciliação para a despesa reconhecida no resultado:

Incentivo Fiscal (*)	114.182	95.184
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	3.507	960
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	2.298	-
(-) Despesas e provisões indedutíveis	(2.326)	(1.261)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	9.224	57.394
(-) Exclusão - Receita financeira da concessão - Art. 84 inciso II IN nº 1515/1	461.608	789
(+) Adição "AVP"- Art. 84 inciso II IN nº 1515/14	(241.191)	-
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido	52.131	115.659
Exclusão dos efeitos CPC 47	(88.740)	-
Diferimento de órgãos públicos	(2.505)	-
Outras	(138.181)	(67.624)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(801.310)	(540.870)

c) Alíquota efetiva

28,0%	24,8%
--------------	--------------

(*) Incentivos fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

- d) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2020				
	Alíquota de Pis e Cofins	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	Incentivo fiscal de ICMS até:	Regime de tributação
Controladas					
Alupar Peru	Não aplicável	-	-	-	Não aplicável
Transminas	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Alupar Chile	Não aplicável	-	-	-	Não aplicável
Foz	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Ijuí	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Lavrinhas	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Queluz	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Ferreira Gomes (**)	9,25%	-	2026	-	Lucro Real
GET	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Risaralda	Não aplicável	-	-	-	Não aplicável
Alupar Colombia	Não aplicável	-	-	-	Não aplicável
Verde 8	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Agua Limpa	9,25%	-	-	-	Lucro Real
La Virgen	Não aplicável	-	-	-	Não aplicável
EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2023	-	Lucro Real
STN (*)	3,65%	-	2025	-	Lucro Real
ETES	9,25%	2021	-	-	Lucro Real
ETEP (*)	3,65%	-	2025	-	Lucro Real
ENTE (*)	3,65%	-	2025	-	Lucro Real
ERTE (*)	3,65%	-	2024	-	Lucro Presumido
ECTE (*)	3,65%	-	-	-	Lucro Real
ETEM	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETVG	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ELTE	9,25%	2020	-	-	Lucro Real
Lumitrans	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
STC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ACE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AF	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Windepar	9,25%	-	-	-	Lucro Real
ETAP	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
ETC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TCC	9,25%	2022	-	2020	Lucro Real
TPE	9,25%	2022	-	2020	Lucro Real
TSM	9,25%	2022	-	-	Lucro Real
Transmissoras Reunidas	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AETE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EBTE	9,25%	-	2020	-	Lucro Real
Transleste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transudeste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transirapé	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESDE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ETSE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESTE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EDV I	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV II	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV III	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV IV	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV X	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TCE	Não aplicável	-	-	-	Não aplicável
EDTE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
TME	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETB	9,25%	2022	-	2020	Lucro Real
EAP I	9,25%	(***)	-	2022	Lucro Real
EAP II	9,25%	(***)	-	2022	Lucro Real
EAP III	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP IV	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP V	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VI	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VII	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Controlada em conjunto					
TNE	9,25%	-	-	-	Lucro Real

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidos à dedução de 3,65% Pis/Cofins. (**) Em 08 de outubro de 2018 foi publicado no D.O. o reconhecimento do regime especial de tributação aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passou a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS e COFINS. (***) Em 26 de novembro de 2020 foi solicitado o enquadramento do projeto no REIDI, o qual foi dado parecer favorável pela ANEEL em 29 de dezembro de 2020 e foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para publicação da portaria específica.

29. Partes relacionadas

a) Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Balanco patrimonial				
Ativo				
Investimento de curto-prazo	258.892	253.563	327.576	303.509
Caixa Econômica Federal (i)	258.892	253.563	327.576	303.509
Outros ativos	13.263	69.476	-	-
Verde 8 - Reembolso de despesas (ii)	13.263	13.476	-	-
Windepar - Mútuos (iii)	-	56.000	-	-
Dividendos a receber (iv)	390.119	286.469	75	75
Transminas	7.073	6.003	-	-
EATE	111.335	33.045	-	-
ENTE	14.517	15.130	-	-
ECTE	10.464	6.018	-	-
ERTE	-	2.223	-	-
ETEP	7.137	8.397	-	-
STC	1.437	-	-	-
Lumitrans	1.391	-	-	-
ETES	12.736	12.736	-	-
Ijui	8.878	4.570	-	-
Foz	8.927	4.481	-	-
Lavrinhas	11.531	10.431	-	-
Queluz	24.192	23.009	-	-
TME	8.749	19.315	-	-
ETEM	1.969	1.081	-	-
ETVG	8.960	7.504	-	-
Ferreira Gomes	6.970	10.308	-	-
TNE	75	75	75	75
ETAP	51.864	36.117	-	-
ETC	26.818	17.460	-	-
TPE	45.876	30.396	-	-
TCC	-	21.474	-	-
TSM	-	2.622	-	-
ETB	19.220	13.347	-	-
APAETE	-	727	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (v)	103.600	161.630	-	-
Alupar Peru	-	68.624	-	-
GET	695	695	-	-
Transmissoras reunidas	12	3	-	-
Agua Limpa	50	-	-	-
ELTE	2.000	-	-	-
Alupar Chile	2.850	2.850	-	-
Windepar	86.171	85.991	-	-
ETC	8.500	-	-	-
Alupar Colombia	-	3.407	-	-
EAP I	1.919	30	-	-
EAP II	1.403	30	-	-
Passivo				
Fornecedores	9.576	36.120	-	-
Ferreira Gomes - Compra de energia ambiente livre (vi)	9.576	23.652	-	-
ETB - Compromisso de integralização (vii)	-	12.000	-	-
Verde 8 - Compra de energia ambiente livre (vi)	-	468	-	-
Dividendos a pagar (viii)	246.153	202.197	509.475	384.599
Guarupart	126.411	151.065	126.411	151.065
Acionistas minoritários da controladora	119.742	51.132	119.742	51.132
Acionistas não controladores	-	-	263.322	182.402

Parte relacionada / natureza da transação	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019

Demonstração do resultado

<u>Receita - Suprimento de energia (ix)</u>	13.447	50.194
Ferreira Gomes	9.289	22.996
Queluz	1.630	8.921
Lavrinhas	1.894	8.921
Foz do Rio Claro	53	1.609
Ijuí	581	377
Verde 8	-	7.370
<u>Custo - Energia comprada para revenda (vi)</u>	(84.862)	(99.562)
Ferreira Gomes	(80.771)	(94.051)
Verde 8	-	(5.511)
Queluz	(954)	-
Lavrinhas	(954)	-
Verde 8	(2.183)	-
<u>Receitas financeiras</u>	26.638	40.951
Caixa Econômica Federal - Investimento de curto prazo (i)	23.983	37.284
Verde 8 Energia S.A. - Juros sobre nota de débito (ii)	1.510	1.075
Windepar - Mútuo (iii)	1.145	2.592
<u>Despesas financeiras</u>	-	(38.615)
FI FGTS - 5ª Emissão (x)	-	(38.615)

- i) Refere-se a Investimentos de curto prazo realizadas pela Caixa Econômica Federal que é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia a taxas de mercado;
- ii) Refere-se a ressarcimento de despesas de aluguel e condomínio e também de reembolso de gastos com estudo, projetos e licenças ambientais, entre a Companhia e sua controlada;
- iii) Referia-se a contratos de mútuo entre a controladora Alupar e sua controlada direta Windepar. Os contratos eram remunerados a 100% da CDI a.a. Em 30 de junho de 2020 a Windepar liquidou parcialmente o valor do mútuo no montante de R\$23.212 e em 1º de julho de 2020 a Alupar converteu o saldo de mútuo remanescente a receber em aumento de capital na Windepar, no montante de R\$33.530;
- iv) Refere-se a dividendos a receber referente aos exercícios de 2020 e de 2019 e anteriores das controladas da Companhia e que serão liquidados até 2021;
- v) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) efetuado pela Companhia em suas controladas para reforço de caixa o qual serão integralizados até dezembro de 2021;
- vi) Refere-se a compra de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos de outras controladas, o preço médio de compra foi de R\$199,81 em 2020 e R\$173,97 em 2019;
- vii) Referia-se a compromisso de integralização de capital da Alupar na ETB no montante de R\$12.000. Esse montante foi totalmente integralizado em 3 de setembro de 2020;
- viii) Refere-se aos dividendos a pagar pela Companhia e suas controladas aos acionistas;
- ix) Refere-se a venda de energia da Alupar para suas controladas em decorrência da necessidade das mesmas de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos, o preço médio de venda foi de R\$76,43 em 2020 e R\$89,65 em 2019;
- x) Referia-se aos juros da 5ª emissão de debêntures emitida pela Alupar e adquirida pelo FI-FGTS. Essas debêntures foram liquidadas em 16 de dezembro de 2019.

b) Garantias

b.1) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2020
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.677	11/03/09	15/01/25	41.288
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	44.311
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.630	09/04/08	15/03/27	112.318
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	102.952
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	4.586
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	9.043
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	21.283
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.600	28/12/12	15/04/31	300.463
08/08/13	Assembleia Geral Extraordinária	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.000	10/03/05	10/02/25	12.165
08/08/13	Assembleia Geral Extraordinária	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	01/03/25	3.763
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 177.906/13	Penhor de Ações	19.761	27/12/13	15/01/24	10.337
27/12/13	Conselho de Administração	ETSE	ECTE, Alupar, CELESC e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1413.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ECTE) e Fiança	78.473	27/12/13	15/12/28	25.755
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	307.813
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	4.206
10/03/15	-	La Virgen	Alupar	Contrato de empréstimo de longo prazo	Aval Corporativo	US\$80.000	10/03/15	10/03/32	415.688
10/03/15	-	La Virgen	Alupar	Contrato de empréstimo de longo prazo	Aval Corporativo	US\$ 80.000	10/03/15	10/03/32	386.237
14/12/15	Conselho de Administração	EDV I	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa.	57.990	11/02/16	15/10/32	53.671
14/12/15		EDV II				32.220	11/02/16	15/10/32	30.296
14/12/15		EDV III				49.007	11/02/16	15/10/32	46.308
14/12/15		EDV IV				81.047	11/02/16	15/10/32	71.048
14/12/15		EDV X				47.042	11/02/16	15/10/32	38.831
27/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	3.290
29/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.485/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios.	4.469	05/04/16	15/04/21	2.430
21/11/16	Assembleia Geral Extraordinária / Conselho de Administração	Windepar	Alupar e EDVs	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emissora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR's"), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a "Conta Centralizadora", "Conta Reserva de O&M" e "Conta Reserva Especial" de cada EDV, cessão fiduciária sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures", "Conta Pagamento das Debêntures", dos contratos de mútuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos,	67.500	15/12/16	15/12/28	75.231
10/03/17	Conselho da La Virgen S.A.C.	La Virgen	Alupar	Carta Fiança	Guaranty greement	US\$ 80.000	10/03/17	10/03/32	415.688
11/12/17	AGE	ETAP	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	156.000	15/09/18	15/09/25	162.939
11/12/17	AGE	ETC	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	116.000	15/09/18	15/09/25	121.189
27/04/18	-	TCE	Alupar	Nueva Esperanza 500 KV La Virginia 500KV em Colombia	Loan Agreement. Financiamento Proyecto UPME 06-2017 Línea de Transmisión La Virginia - Nueva Esperanza 500kV	US\$30.000	27/04/18	27/04/21	162.361
30/05/18	-	Risaralda	Alupar	Carta Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo de 29/05/2018	COP \$120.000.000	30/05/18	30/05/25	164.872
15/07/18	-	Verde 8	Alupar	2ª Debêntures Verde 08	Fiadora	140.000	15/07/18	15/07/25	152.813
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TCC	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	680.000	15/09/18	15/09/28	733.293
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TPE	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	1.070.000	15/09/18	15/09/28	1.153.925
21/12/18	-	Alupar Peru	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo	US\$ 17.500	21/12/18	20/12/21	91.249
18/03/19	-	Alupar Peru	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo	US\$ 17.500	18/03/19	17/03/22	94.163
06/11/19	Assembleia Geral Extraordinária	EDV I	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPES, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados;	14.700	10/12/19	15/10/32	15.004
06/11/19		EDV II		Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10.100	10/12/19	15/10/32	8.565
06/11/19		EDV III		Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1		10.400	10/12/19	15/10/32	10.609
06/11/19		EDV IV		Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1		11.900	10/12/19	15/10/32	11.743
06/11/19		EDV X		Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1		12.900	10/12/19	15/10/32	13.159
10/12/19	Assembleia Geral Extraordinária	ESTE	Alupar, TAESA, EATE e AF Energia	1ª Emissão de Debêntures (incentivada)	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	415.000	10/12/19	15/12/44	433.125

b.2) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2020
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.308	10/02/11	17/02/21	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.740	04/03/11	08/03/21	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-S	Prestação de aval e de penhor de ações	80	01/03/16	01/02/29	55
30/11/16	-	TCE	Alupar	Fiança	Garantir a garantia bancária prestada em favor de XM Companhia de Expertos em Mercados S.A. E.S.P.	COP \$ 53.259.299	30/11/16	01/03/22	80.475
18/12/17	-	TCE	Alupar	Nueva Esperanza 500 KV La Virginia 500KV em Colombia	Fiança. Carta de Garantia para recibir el respaldo de Alupar Inversión de las obligaciones legales y comerciales, en caso de suscribir un contrato, si la empresa es adjudicada. ABB LTDA y TCE	Componente en Dólares: USD \$ 8.818.275,92 y Componente Local: COP \$ 9.579.125.556,66	18/12/17	16/10/21	14.474
04/07/18	-	Ferreira Gomes	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - ONS	3.352	04/07/18	25/06/21	3.352
17/09/18	-	EDV I	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090004800 - ONS	40	17/09/18	06/09/21	40
17/09/18	-	EDV III	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090005000 - ONS	31	17/09/18	06/09/21	31
17/09/18	-	EDV X	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090005200 - ONS	27	17/09/18	06/09/21	27
29/02/20	-	Risaralda	Alupar	Carta Fiança	Fiadora caso a Garantia Bancária seja executada (Contrato de Suministro de Energia com EMCALI)	COP \$15.217.604	29/02/20	28/02/21	22.994
15/03/19	-	Foz	Alupar	Fiança	Garantir o Pagamento do valor executado nos autos do processo nº 0119265.58.8.09.0173, em curso perante o Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de São Simão	1.272	15/03/19	15/03/21	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.

c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2020 no montante de até R\$11.711, sendo R\$1.104 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$10.607 referentes à remuneração da Diretoria:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração da diretoria (i)	9.650	9.773	22.730	22.059
Remuneração do conselho	899	905	2.392	2.006
Total	10.549	10.678	25.122	24.065

- i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, odontológica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), outros benefícios de aposentadoria, participação nos lucros e gratificações.

30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

30.1. Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

30.2. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, bem como utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Consolidado					
31/12/2020		31/12/2019		Classificação	Nível
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
44.514	44.514	67.982	67.982	Custo amortizado	-
630.095	630.095	957.222	957.222	Valor justo por meio do resultado	2
1.405.506	1.405.506	2.864.348	2.864.348	Valor justo por meio do resultado	2
103.619	103.619	104.963	104.963	Valor justo por meio do resultado	2
446.987	446.987	358.786	358.786	Custo amortizado	-
2.630.721	2.630.721	4.353.301	4.353.301		
395.848	395.848	401.370	401.370	Custo amortizado	-
2.519.450	2.519.450	2.023.857	2.023.857	Custo amortizado	-
6.456.006	6.451.594	6.490.298	6.485.886	Custo amortizado	-
35.692	35.692	33.963	33.963	Custo amortizado	-
9.406.996	9.402.584	8.949.488	8.945.076		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e
 - ii) FCO Banco do Brasil: como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.
- Debêntures: o valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures, de suas controladas e da controlada em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

30.3. Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$8.975.456, sendo que 9,18% desse valor (ou R\$823.619) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, consequentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Atualmente o grau de alavancagem financeira da Controladora é de 1,03 (1,04 em 2019) e do Consolidado é de 1,16 (1,12 em 2019). Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 39,6% de recursos próprios em contrapartida a 60,4% de capital de terceiros (38,9% de recursos próprios e 61,1% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 100,3% em 31 de dezembro de 2020 (112,9% em 31 de dezembro de 2019).

30.4. Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2020	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,38%	1,19%	1,79%	2,98%	3,57%
Equivalentes de caixa	CDI	630.095	14.996	7.498	11.247	18.745	22.494
Investimentos de curto prazo	CDI	1.405.506	33.451	16.726	25.088	41.814	50.177
Títulos e valores mobiliários	CDI	103.619	2.466	1.233	1.850	3.083	3.699
Total		2.139.220	50.913	25.457	38.185	63.642	76.370

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2020; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado	Indexador	Taxa de juros média a.a.	Posição em 31.12.2020 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos				4,55%	2,28%	3,41%	5,69%	6,83%
	TJLP +	2,36%	835.596	58.635	39.177	48.906	68.364	78.094
	IPCA +	1,68%	59.103	2.465	1.729	2.097	2.833	3.201
	CDI +	3,06%	493.145	27.543	21.317	24.430	30.656	33.769
Debêntures				2,38%	1,19%	1,79%	2,98%	3,57%
	CDI +	110,00%	1.597.017	966.323	936.528	951.426	981.220	996.118
	IPCA +	5,52%	5.019.791	406.807	341.921	374.364	439.250	471.693
Total			7.511.507	1.434.230	1.319.355	1.376.792	1.491.668	1.549.105

(*) A posição da data-base refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os contratos que são remunerados com taxa fixa.

30.5. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

31.6.1. Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados à seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

b) Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

31.6.2. Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$2.183.734 no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, a gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Em relação ao caixa, as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

Outro ponto importante é que 90,90% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (89,67% em 31 de dezembro de 2019), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES, emissão de debentures de infra e outras instituições de fomento. Cerca de 38,01% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (43,31% em 31 de dezembro de 2019).

31.6.3. Riscos de mercado

- **Risco Hidrológico:**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrônico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

- **Risco de Descontratação:**

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

31.6.4. Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 9,87% do total da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2020 (7,81% em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com suas políticas financeiras internas, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

31.6.5. Risco de regulação

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

31.6.6. Risco financeiro

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de Instituições Financeiras de primeira linha e com o estabelecimento de limites de concentração.

31.6.7. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros (vide notas explicativas nº 19 e nº 20)

31.6.8. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.519.450	2.023.857
Debêntures	816.841	964.630	6.456.006	6.490.298
Dívida bruta	816.841	964.630	8.975.456	8.514.155
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(189.784)	(39.474)	(674.609)	(1.025.204)
(-) Investimentos de curto prazo	(555.099)	(983.103)	(1.405.506)	(2.864.348)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(103.619)	(104.963)
Dívida líquida	71.958	(57.947)	6.791.722	4.519.640
Patrimônio líquido	5.750.116	5.002.189	8.944.680	7.540.065
Índice de endividamento líquido	0,01	(0,01)	0,76	0,60

31. Informações por segmento

Os principais segmentos operacionais da Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) “Outros” que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. Ao LAJIDA não é feito nenhum ajuste.

Estão apresentadas a seguir as informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia e suas controladas:

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2020							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	6.298.890	625.829	-	128.888	7.053.607	(199.700)	(108.842)	6.745.065
Receita de operação e manutenção	593.229	-	-	-	593.229	(2.028)	-	591.201
Receita de infraestrutura	3.466.296	-	-	-	3.466.296	(224.582)	-	3.241.714
Remuneração do ativo da concessão	2.239.365	-	-	-	2.239.365	26.910	-	2.266.275
Suprimento de energia	-	625.829	-	119.853	745.682	-	(99.807)	645.875
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	9.035	9.035	-	(9.035)	-
Deduções da receita operacional bruta	(570.327)	(46.586)	-	(12.034)	(628.947)	24.627	-	(604.320)
Receita operacional líquida	5.728.563	579.243	-	116.854	6.424.660	(175.073)	(108.842)	6.140.745
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(88.425)	-	(153.154)	(241.579)	-	99.807	(141.772)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(32.795)	-	-	(32.795)	-	-	(32.795)
CFURH	-	(8.441)	-	-	(8.441)	-	-	(8.441)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(125.839)	(63.416)	-	(6.426)	(195.681)	2.200	9.035	(184.446)
Custo de infraestrutura	(2.403.083)	-	-	-	(2.403.083)	198.810	-	(2.204.273)
Depreciação / Amortização	(2.849)	(124.958)	-	(70)	(127.877)	49	-	(127.828)
	(2.531.771)	(318.035)	-	(159.650)	(3.009.456)	201.059	108.842	(2.699.555)
Lucro bruto	3.196.792	261.208	-	(42.796)	3.415.204	25.986	-	3.441.190
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(52.838)	(26.250)	(42.090)	-	(121.178)	284	-	(120.894)
Equivalência patrimonial	-	-	1.124.835	-	1.124.835	-	(1.134.059)	(9.224)
Outras receitas	3.984	3.714	119	-	7.817	-	-	7.817
Outras despesas	(304)	-	(31)	-	(335)	-	-	(335)
	(49.158)	(22.536)	1.082.833	-	1.011.139	284	(1.134.059)	(122.636)
LAJIR	3.147.634	238.672	1.082.833	(42.796)	4.426.343	26.270	(1.134.059)	3.318.554
Depreciação / Amortização	5.286	126.155	3.723	70	135.234	(49)	-	135.185
LAJIDA	3.152.920	364.827	1.086.556	(42.726)	4.561.577	26.221	(1.134.059)	3.453.739
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(198.214)	(214.918)	(103.151)	(400)	(516.683)	24	3.606	(513.053)
Encargos de dívidas	(188.952)	(125.774)	(78.273)	(391)	(393.390)	8	951	(392.431)
Variações cambiais	1.178	(38.558)	(21.635)	-	(59.015)	-	-	(59.015)
Outras	(10.440)	(50.586)	(3.243)	(9)	(64.278)	16	2.655	(61.607)
Receitas financeiras	19.869	8.872	26.177	436	55.354	(434)	(3.606)	51.314
Receitas de aplicações financeiras	12.337	8.146	21.719	31	42.233	(69)	-	42.164
Outras	7.532	726	4.458	405	13.121	(365)	(3.606)	9.150
	(178.345)	(206.046)	(76.974)	36	(461.329)	(410)	-	(461.739)
LAIR	2.969.289	32.626	1.005.859	(42.760)	3.965.014	25.860	(1.134.059)	2.856.815
IR e CSLL correntes	(88.041)	(15.629)	(64)	(548)	(104.282)	161	-	(104.121)
IR e CSLL diferidos	(690.550)	1.295	-	-	(689.255)	(7.934)	-	(697.189)
	(778.591)	(14.334)	(64)	(548)	(793.537)	(7.773)	-	(801.310)
Lucro líquido Consolidado	2.190.698	18.292	1.005.795	(43.308)	3.171.477	18.087	(1.134.059)	2.055.505
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(1.113.417)	(1.113.417)
Lucro líquido acionistas controladores	2.190.698	18.292	1.005.795	(43.308)	3.171.477	18.087	(2.247.476)	942.088
Ativos operacionais	440.109	4.652.938	66.331	1.386	5.160.764	(1.203)	(32.562)	5.126.999
Passivos operacionais	445.267	333.884	44.532	994	824.677	(832)	(40.173)	783.672

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2019							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	4.862.230	646.905	-	250.208	5.759.343	(575.681)	(158.938)	5.024.724
Receita de operação e manutenção	471.919	-	-	-	471.919	(10.776)	-	461.143
Receita de infraestrutura	4.041.515	-	-	-	4.041.515	(648.515)	-	3.393.000
Remuneração do ativo da concessão	348.796	-	-	-	348.796	83.610	-	432.406
Suprimento de energia	-	646.905	-	241.026	887.931	-	(149.756)	738.175
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	9.182	9.182	-	(9.182)	-
Deduções da receita operacional bruta	(424.528)	(44.478)	-	(19.892)	(488.898)	56.273	-	(432.625)
Receita operacional líquida	4.437.702	602.427	-	230.316	5.270.445	(519.408)	(158.938)	4.592.099
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(141.248)	-	(240.247)	(381.495)	-	149.756	(231.739)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(30.397)	-	-	(30.397)	-	-	(30.397)
CFURH	-	(10.636)	-	-	(10.636)	-	-	(10.636)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(119.944)	(58.726)	-	(7.330)	(186.000)	5.782	9.182	(171.036)
Custo de infraestrutura	(1.930.068)	-	-	-	(1.930.068)	354.670	-	(1.575.398)
Depreciação / Amortização	(2.566)	(103.554)	-	(37)	(106.157)	32	-	(106.125)
	(2.052.578)	(344.561)	-	(247.614)	(2.644.753)	360.484	158.938	(2.125.331)
Lucro bruto	2.385.124	257.866	-	(17.298)	2.625.692	(158.924)	-	2.466.768
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(52.350)	(37.662)	(44.031)	(4)	(134.047)	3.432	-	(130.615)
Equivalência patrimonial	-	-	982.924	-	982.924	-	(925.530)	57.394
Outras receitas	440	2.695	48.499	-	51.634	(397)	-	51.237
Outras despesas	(10)	(1)	-	-	(11)	-	-	(11)
	(51.920)	(34.968)	987.392	(4)	900.500	3.035	(925.530)	(21.995)
LAJIR	2.333.204	222.898	987.392	(17.302)	3.526.192	(155.889)	(925.530)	2.444.773
Depreciação / Amortização	5.720	104.854	2.394	38	113.006	(32)	-	112.974
LAJIDA	2.338.924	327.752	989.786	(17.264)	3.639.198	(155.921)	(925.530)	2.557.747
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(118.827)	(139.503)	(106.829)	(18)	(365.177)	9.308	6.234	(349.635)
Encargos de dívidas	(107.665)	(136.311)	(101.172)	-	(345.148)	8.314	5.159	(331.675)
Variações cambiais	3.091	7.096	753	-	10.940	-	-	10.940
Outras	(14.253)	(10.288)	(6.410)	(18)	(30.969)	994	1.075	(28.900)
Receitas financeiras	30.260	17.095	48.445	38	95.838	(2.475)	(6.234)	87.129
Receitas de aplicações financeiras	25.543	14.739	39.974	23	80.279	(1.744)	-	78.535
Outras	4.717	2.356	8.471	15	15.559	(731)	(6.234)	8.594
	(88.567)	(122.408)	(58.384)	20	(269.339)	6.833	-	(262.506)
LAIR	2.244.637	100.490	929.008	(17.282)	3.256.853	(149.056)	(925.530)	2.182.267
IR e CSLL correntes	(77.936)	(15.175)	(324)	(116)	(93.551)	1.344	-	(92.207)
IR e CSLL diferidos	(481.308)	1.116	-	-	(480.192)	31.529	-	(448.663)
	(559.244)	(14.059)	(324)	(116)	(573.743)	32.873	-	(540.870)
Lucro líquido Consolidado	1.685.393	86.431	928.684	(17.398)	2.683.110	(116.183)	(925.530)	1.641.397
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(751.113)	(751.113)
Lucro líquido acionistas controladores	1.685.393	86.431	928.684	(17.398)	2.683.110	(116.183)	(1.676.643)	890.284
Ativos operacionais	456.761	4.505.079	161.599	1.485	5.124.924	(196.528)	(133.139)	4.795.257
Passivos operacionais	339.360	338.384	155.403	1.190	834.337	(1.032)	(51.482)	781.823

32. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019
Assistência médica e vale transporte	10.799	7.486
Previdência privada (*)	2.638	2.293
Educação	590	254
Auxílio alimentação	7.844	5.564
Outros	3.564	810
Total	25.435	16.407

(*) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

33. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2020 estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	31/12/2020	
	Importância segurada	Prêmio total
Compreensivo Empresarial	50.961	88
Responsabilidade Civil	3.570.005	1.935
Risco de Engenharia	1.162.500	1.006
Fraude Corporativa e D.O.	5.000	54
Riscos Nomeados / Operacionais	11.164.366	5.430
Risco fraude corporativa	5.000	59
Veículos	Valores de tabela	127
Seguro de Riscos Equipamentos	333	5
Fiel Cumprimento	410.486	6.717
Seguro Garantia Judicial	5.187	136
Seguro Garantia Performance	73.455	793
Seguro Garantia Projeto Aneel	2.105	16

34. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas em fase pré-operacional mantêm contratos de prestação de serviços, gastos relacionados à compensações ambientais e fornecimento de materiais para a construção dos respectivos empreendimentos, conforme detalhado a seguir:

Controlada:	Valor
ELTE	7.612
ESTE	202.634
ETSE	1.335
TCC	59.305
TPE	194.886
TSM	210.337
Transirapé	4.133
Total	680.242

35. Eventos subsequentes

- Aumentos de capital em controladas:**

Em 2 de fevereiro de 2021 foram aprovados os aumentos de capital social das controladas: (i) ELTE, no valor de R\$97.000, mediante a emissão de 97.000.000 novas ações ordinárias nominativas, integralizadas pela Alupar da seguinte forma: R\$2.000 pela conversão de AFAC e R\$95.000 em moeda corrente no dia 10 de março de 2021, e (ii) ETC, no valor de R\$ 8.500, mediante a emissão de 8.500.000 novas ações, mediante conversão de AFAC pela Alupar.

Em 18 de fevereiro de 2021 foram aprovados os aumentos de capital social das controladas: (i) TPE, no valor de R\$21.000, mediante a emissão de 21.000.000 novas ações, subscritas e integralizadas na proporção atual dos acionistas e (ii) TCC, no valor de R\$37.500, mediante a emissão de 37.500.000 novas ações, subscritas e integralizadas na proporção atual dos acionistas.

- Liquidação dos valores em aberto na CCEE:**

Na liquidação financeira da CCEE realizada em 9 de março de 2021, as controladas Queluz e Lavrinhas efetuaram o pagamento dos valores em aberto referentes ao GSF (nota explicativa nº 14), no montante de R\$182.111, utilizando os valores a receber em aberto, no montante de R\$60.154, decorrentes da inadimplência pelas liminares do GSF (nota explicativa nº 8), para abater da saída de caixa. O pagamento dos valores de GSF em aberto também é uma das condições precedentes para a repactuação do risco hidrológico. Adicionalmente as controladas Queluz e Lavrinhas não desistiram de suas liminares.

* * *

José Luiz Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora responsável
CRC 1SP199348/O-0